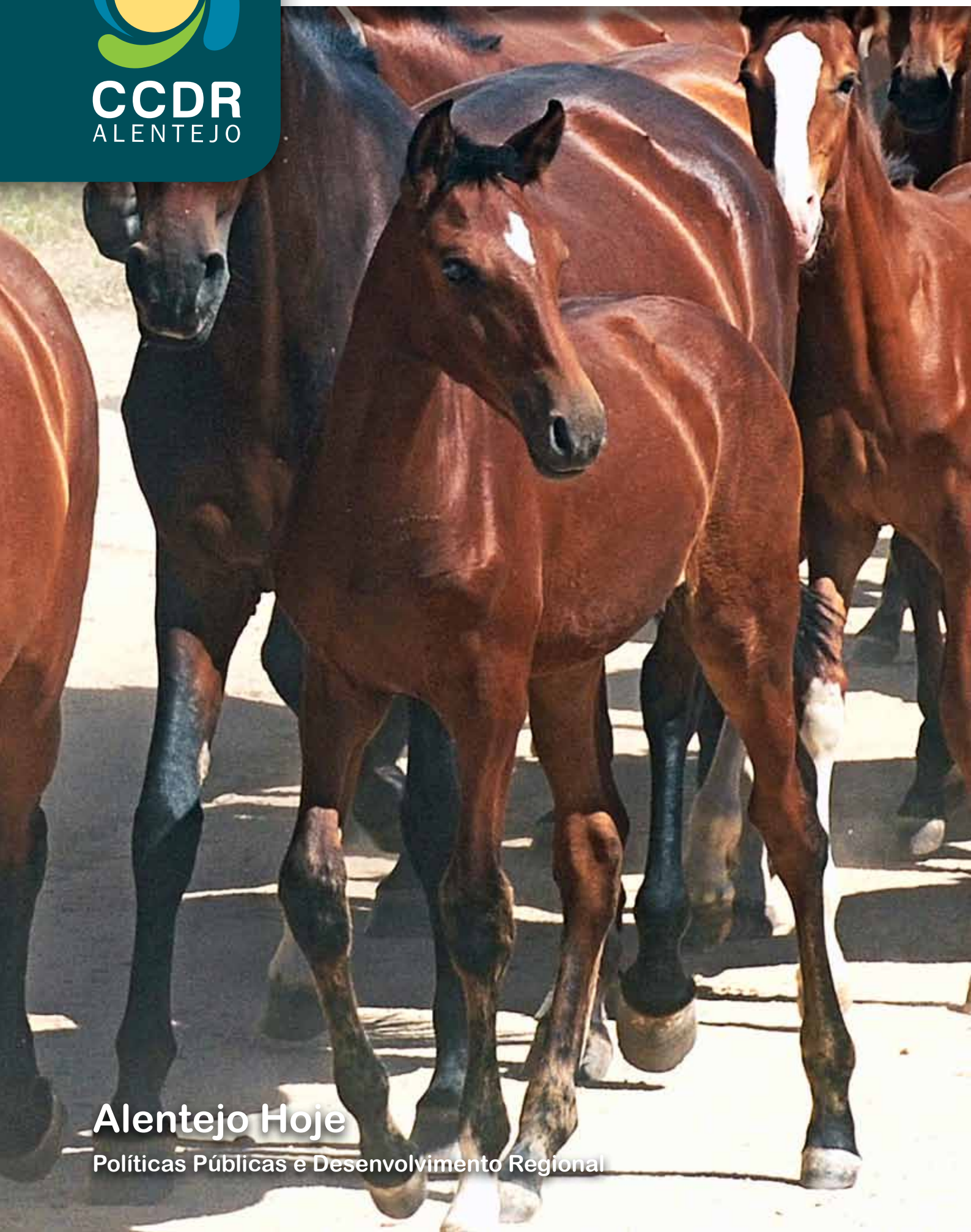




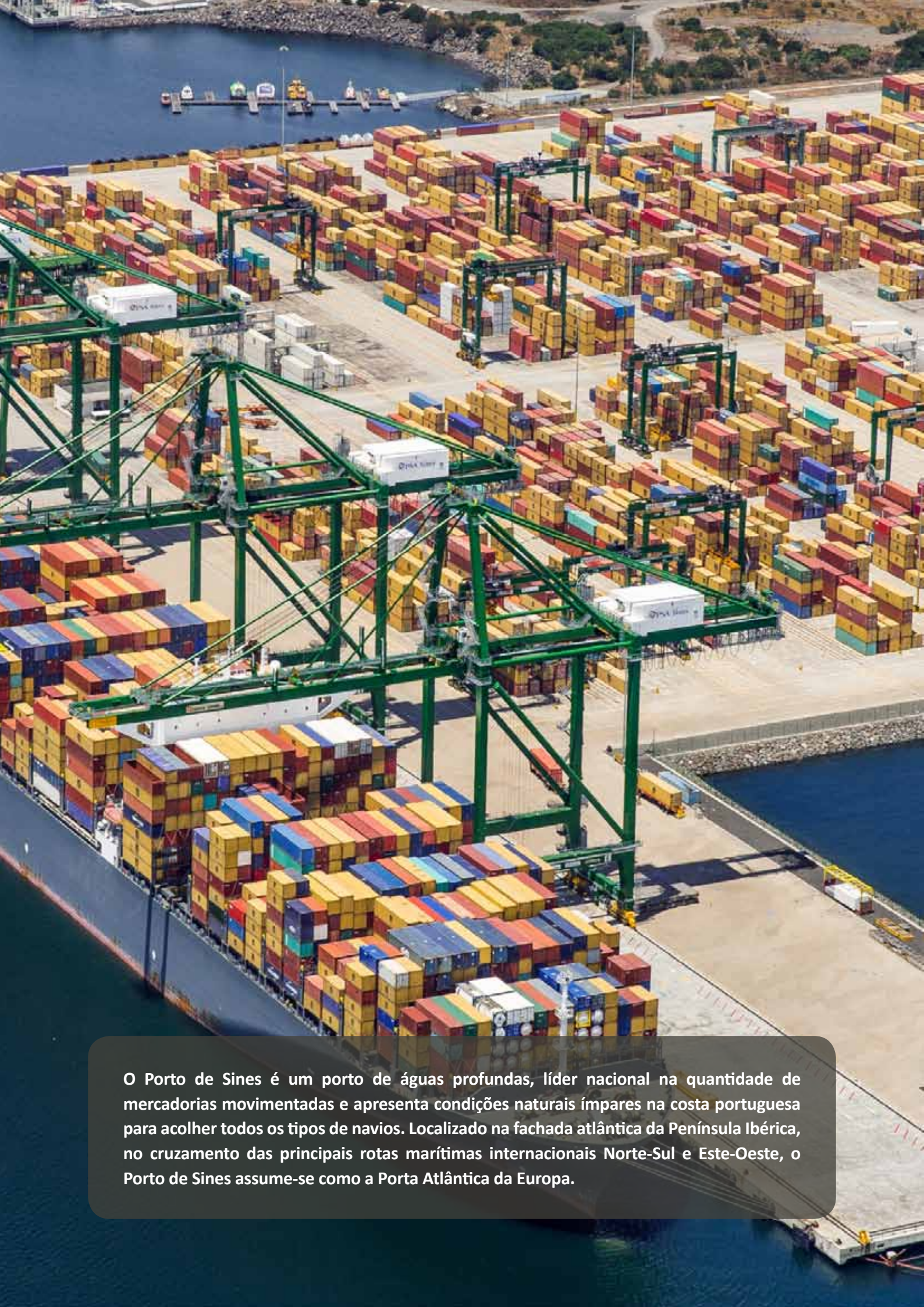
CCDR
ALENTEJO

Boletim Trimestral 25



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



O Porto de Sines é um porto de águas profundas, líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas e apresenta condições naturais ímpares na costa portuguesa para acolher todos os tipos de navios. Localizado na fachada atlântica da Península Ibérica, no cruzamento das principais rotas marítimas internacionais Norte-Sul e Este-Oeste, o Porto de Sines assume-se como a Porta Atlântica da Europa.

Ficha Técnica

Índice

Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director

- Roberto Pereira Grilo

Director Executivo

- Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Carlos Almeida
- Fátima Bacharel
- João Alface
- Joaquim Fialho
- Nelson Faustino
- Teresa Godinho

Colaboradores externos

- Filipe Fialho Pombeiro, Presidente da Direcção do NERBE / AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral
- APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve S. A.

Edição

Junho 2017

Capa

Cavalos da raça Lusitano

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

4 Conjuntura Regional

10 Temas em destaque

Paisagem e Gestão das Oportunidades do Tempo Presente (*Seminário Território e Paisagem; CCDR Alentejo, 16 de Novembro 2016*)

14 O Mercado de Trabalho na Região Alentejo

24 Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (*Análise no Período 2014-2015*)

32 Perspetiva 2020

NERBE / AEBAL (*Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral*) - Baixo Alentejo: Projetos de Desenvolvimento

36 PORTO DE SINES - Porta Atlântica da Europa

42 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional 8.º reunião do Comité de Acompanhamento

44 Investimentos em destaque

46 Síntese da Execução

(Se desejar, clique nos títulos para visualizar diretamente os conteúdos.)

Conjuntura Regional

O mercado de trabalho no Alentejo, no 1º trimestre de 2017, revelou uma variação favorável, face ao trimestre anterior e face ao período homólogo

Só a variação da taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade apresenta um valor desfavorável de 0,4% face ao trimestre anterior, sendo, no entanto, favorável face ao período homólogo.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2017 - Mercado de trabalho

Indicador	1º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	1º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População empregada por conta de outrem (Mil.)	310,5	304,1	298,2	4,1	2,1	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	809	805	803	0,7	0,5	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	54,6	54,8	54,3	0,6	-0,4	INE
Taxa de desemprego (%)	9	11	12,6	-28,6	-18,2	INE
População desempregada (Milh.)	30,9	37,4	43,1	-28,3	-17,4	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	31,6	31,8	38,5	-18,1	-0,7	INE

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

De salientar que a população empregada, apresenta uma variação positiva de 4,1% e 2,1%, face ao período homólogo e face ao trimestre anterior, respectivamente e a população desempregada uma variação de -28,3% e -17,4% face aos mesmos períodos, também respectivamente.

Em consonância com estes dados, o número de desempregados inscritos nos serviços de emprego, apresentam a mesma tendência decrescente.

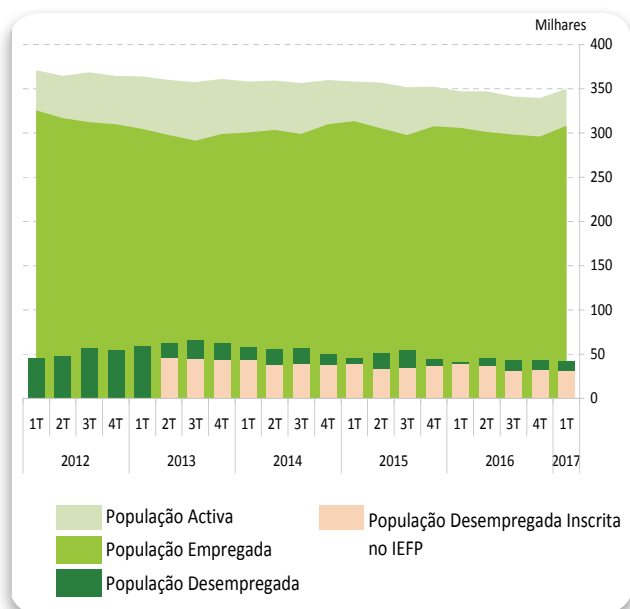
De referenciar que no 1º trimestre de 2017 a região chegou à taxa de desemprego de 9%, próxima dos valores atingidos em período anterior a 2010.

Também o rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem atingiu



os 809€, face a 803€ no período homólogo e 805€ no trimestre anterior. Assim, no âmbito do mercado de trabalho, a evolução dos indicadores revela uma conjuntura favorável à região.

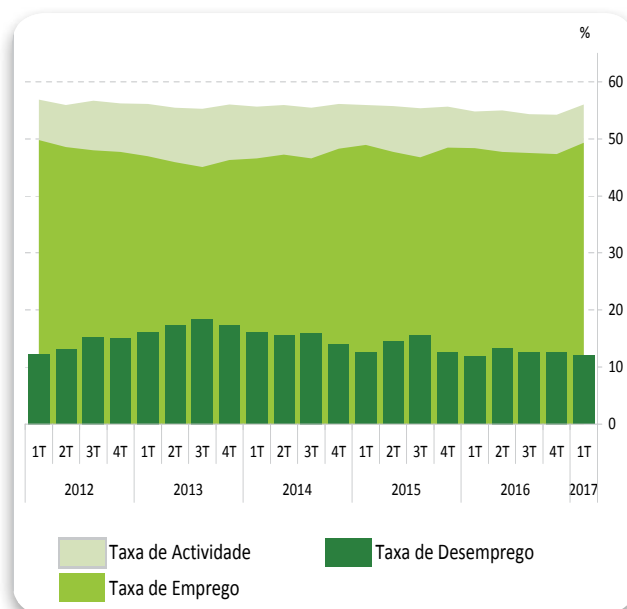
População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo – Evolução de 2012 a 2017



Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

O presente gráfico revela a evolução da População Activa, entre 2012 e início de 2017, cuja inversão do decréscimo se manifesta no final de 2016. Está também representada a evolução da população empregada que inverte a trajectória descendente no período recente assim como da população desempregada e desempregada inscrita nos serviços de emprego que acompanha esta evolução favorável para a região. O período mais desfavorável, ocorreu no ano 2013.

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2012 a 2017



Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Em consonância com a situação descrita, no mesmo período (2012-2016), confirma-se, a evolução recente, favorável das taxas de actividade, emprego e desemprego, também com pior desempenho em 2013.



Na habitação, continua a verificar-se a subida dos valores da avaliação bancária dos alojamentos, tendo chegado o valor do m² a 949€, o que representa uma variação positiva deste indicador, quer em relação ao trimestre anterior, quer ao trimestre homólogo de 2016.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2017 - Habitação e Turismo

Indicador	1º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	1º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	47	48	45	4,4	-2,1	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	949	947	901	5,3	0,2	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	90,7	78,1	110,0	-17,5	*	INE
Turismo - proveitos totais (10 ³ €)	4818	4735	5000	-3,6	*	INE

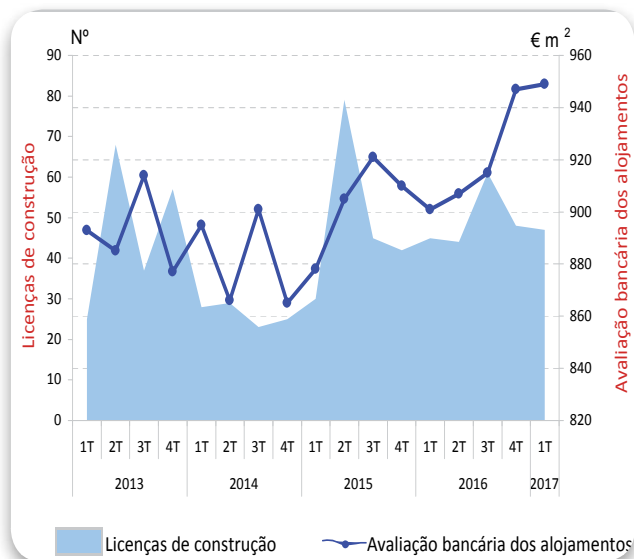
Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

Quanto ao número de licenças de construção, é de referir que tem revelado algumas variações sem tendência continuada definida (valor máximo no 2º trimestre de 2015), mas tratando-se de pequenos números, as variações acabam por ser pouco significativas. Contudo, regista-se neste trimestre, uma variação negativa relativamente ao trimestre anterior e positiva relativamente ao trimestre homólogo de 2016.



Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos – Evolução 2013 a 2017

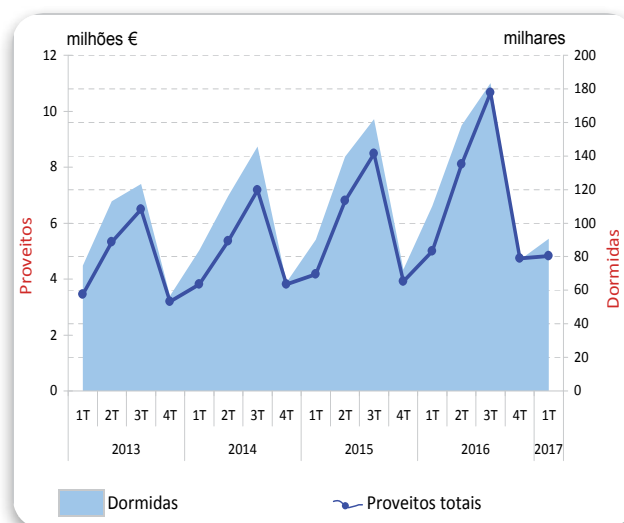


Fontes: INE - Infoline

Já o **turismo** que vinha registando, há algum tempo, variações positivas, neste trimestre, revela uma variação de -17,5% quanto ao número de dormidas e de -3,6% quanto aos proveitos.

Espera-se que o comportamento destas variáveis no próximo trimestre, venha a revelar uma recuperação destes resultados.

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Evolução 2013 a 2017



Fontes: INE - Infoline

De salientar o facto de os proveitos virem registando, ao longo do tempo, um acréscimo proporcionalmente superior ao acréscimo do número de dormidas, o que pode significar a existência de um turismo mais rentável.

As Importações/Exportações continuam a assumir uma importância relevante para a região, sendo de salientar que o saldo da balança comercial no Alentejo se mantém positivo.

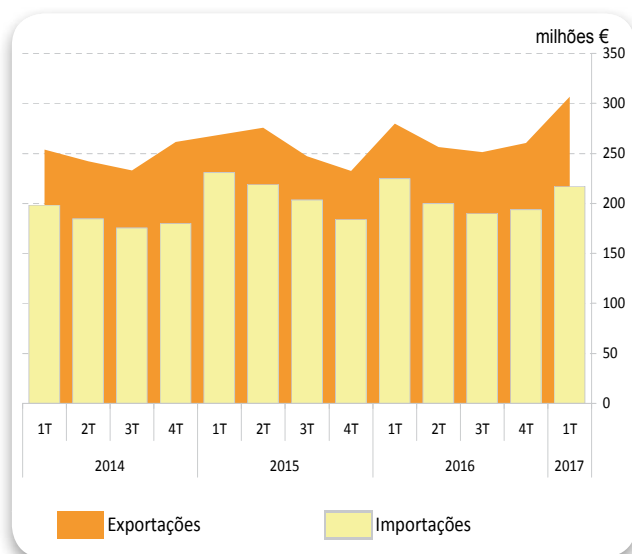
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2017 - Exportação / Importação

Indicador	1º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	1º Trimestre 2016	Variação Anual homologa %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	306,9	260,3	279,8	9,7	17,9	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	239,0	197,1	207,0	15,4	21,2	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	68,0	63,2	72,8	-6,6	7,6	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	217,4	194,0	224,7	-3,2	12,1	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	187,5	174,7	184,0	1,9	7,3	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	30,0	19,3	40,7	-26,3	55,6	INE

Fonte: INE - Infoline

Já as importações tiveram uma variação positiva de 12,1% face ao trimestre anterior e negativa (-3,2%) por comparação com o trimestre homólogo. Esta situação resulta do acréscimo de importações no espaço intra - comunitário, sendo que no último trimestre houve um acréscimo de 55,6% nas importações no espaço extracomunitário, apesar do decréscimo (-26,3%) relativamente ao período homólogo.

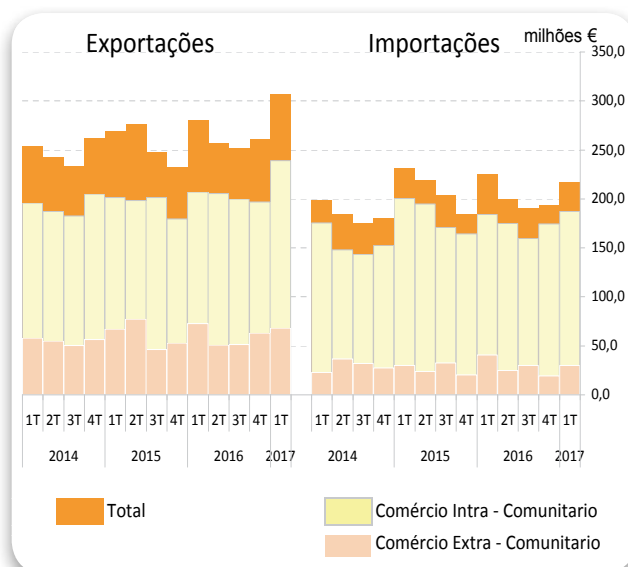
Exportações e Importações de Bens - Evolução de 2014 a 2017



Fontes: INE - Infoline

Assim, é de salientar o facto do comércio de bens, na região, ser essencialmente no espaço intra - comunitário, onde as exportações continuam a ter valores superiores às importações. Contudo, as trocas comerciais entre a região e o espaço extra-comunitário revelam uma ligeira tendência de crescimento.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra-Comunitário - Evolução de 2014 a 2017



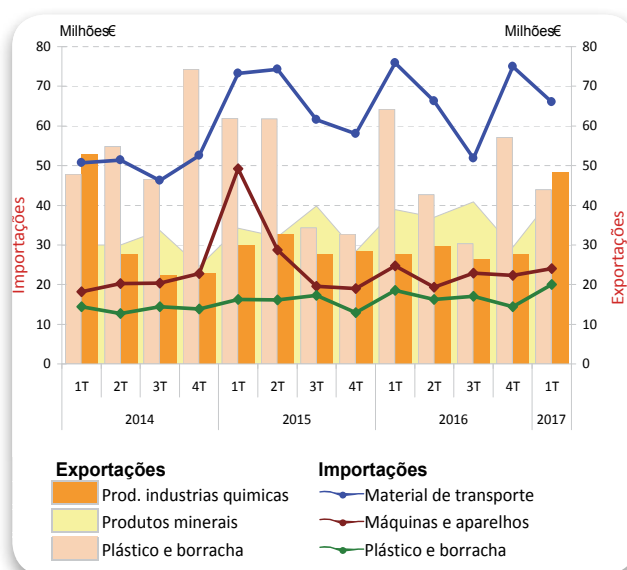
Fontes: INE - Infoline

As exportações incidem sobretudo sobre os produtos de borracha, produtos minerais e produtos industriais químicos.

Já as importações incidem essencialmente sobre material de transporte, máquinas e aparelhos e plásticos e borracha.

Ao longo do período em análise, as exportações de plástico e borracha apesar de não revelarem uma tendência continuada e definida, assumem o primeiro posicionamento, enquanto no caso das importações esta posição é manifestada no material de transporte. tendência de crescimento.

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2017



Os empréstimos concedidos às empresas evidenciam um acréscimo face ao trimestre anterior, bem como ao trimestre homólogo, enquanto o rácio de crédito vencido manifestou uma variação negativa.

Quanto aos empréstimos concedidos às famílias, revelam uma tendência de estabilização, relativamente ao trimestre anterior, apesar do número de devedores (famílias) manifestar um ligeiro crescimento.

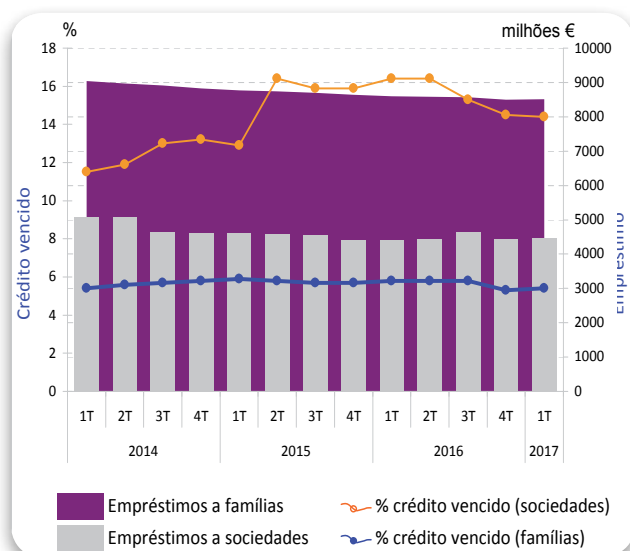
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2017 - Avaliação Bancária

Indicador	1º Trimestre 2017	4º Trimestre 2016	1º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Avaliação Bancária						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	5,4	5,3	5,8	-6,9	1,9	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	8507	8505	8591	-1,0	0,0	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	307,6	307,1	306,2	0,5	0,2	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	14,4	14,5	16,4	-12,2	-0,7	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4483	4440	4410	1,7	1,0	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

No entanto, apesar do rácio de crédito vencido relativamente aos empréstimos concedidos às famílias ter diminuído face ao período homólogo, teve uma variação positiva de 1,9% quando comparado com o trimestre anterior.

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades - Alentejo - Evolução de 2014 a 2017



Fontes: INE - Infoline

Assim, parece haver uma melhoria dos indicadores de incumprimento e um acréscimo de disponibilidade financeira na economia, por parte de empresas. No entanto, há um ligeiro acréscimo no número de famílias devedoras assim como no incumprimento do crédito ■



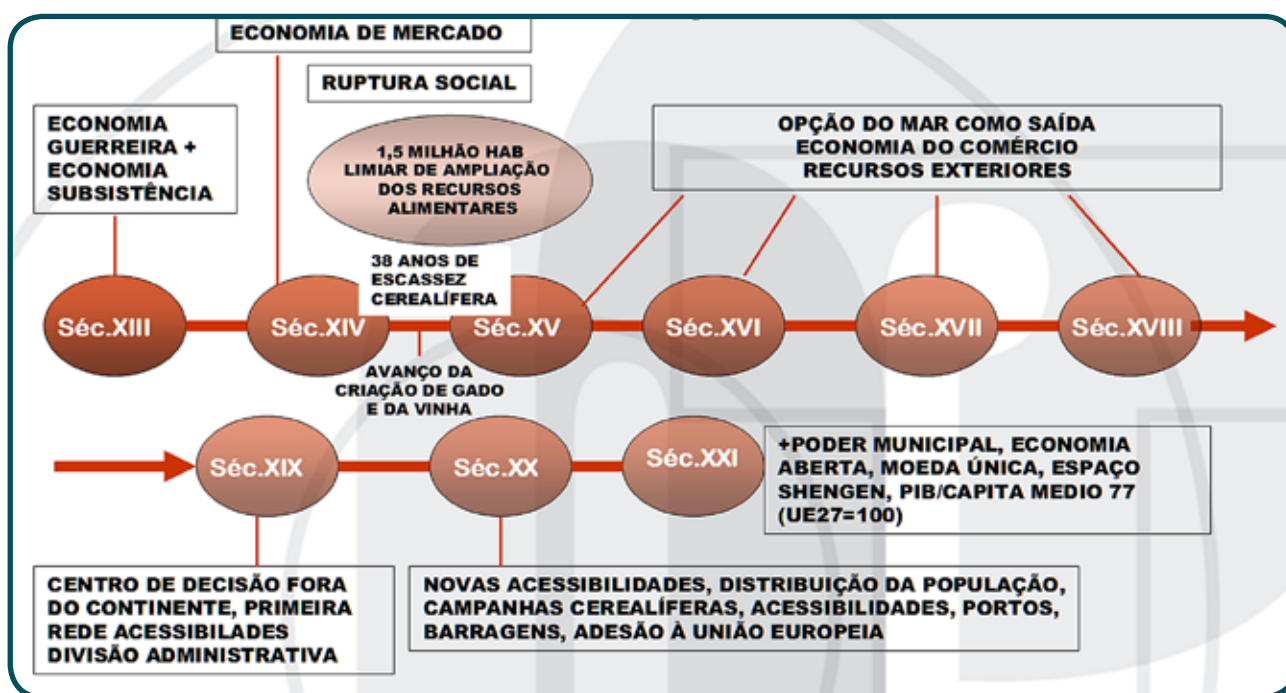
Tema em destaque

Paisagem e Gestão das Oportunidades do Tempo Presente

(Seminário Território e Paisagem; CCDD Alentejo, 16 de Novembro 2016)

A reflexão sobre a paisagem e gestão das oportunidades do tempo presente parte da visão de que a paisagem cria-se, valoriza-se, transmite-se e vive-se, em cada geração, de acordo com as oportunidades de desenvolvimento associadas.

Compreender a paisagem de hoje significa saber ler a dinâmica do espaço territorial português como resultado das dinâmicas do povoamento, das questões culturais e do contexto geográfico e histórico, que na evolução até ao presente revelou, desde sempre, para as actividades do sector primário, uma relação de um maior esforço médio para num PIB/capita muito abaixo da média da UE. De facto, a expectativa de no espaço de uma geração conseguir aproximar os indicadores das zonas rurais de Portugal à média europeia não se concretizou.



Numerosas transformações ao longo dos séculos alteraram definitivamente o futuro do território e da paisagem - a opção do mar como saída, associada à economia do comércio e da exploração de recursos exteriores, as primeiras redes de acessibilidades rodó e ferroviária e a nova estruturação administrativa do território no século XIX, constituíram factores de profunda mudança.

Mais recentemente, na primeira metade do século XX, novas acessibilidades, distribuição da população, campanhas cerealíferas, portos e barragens e na segunda metade, com continuidade já no séc. XXI, a adesão à CE com economia aberta, moeda única, espaço Shengen, PIB/capita médio nacional de 77 (UE 27=100).

Hoje, mesmo em economia aberta e tendo metas ambiciosas relativas à economia verde, à economia azul e à economia circular, há que prospectar qual o futuro do padrão de ocupação territorial dos sistemas mediterrânicos, onde o Alentejo se integra, o que tem como referencial o binómio paisagem / oportunidades de desenvolvimento, determinando 3 ideias essenciais – aprovisionamento / padrões mínimos de ocupação e limiares de utilização / recurso paisagem.

O aprovisionamento – alimentos, matérias primas, serviços dos ecossistemas - implica pensar em função de uma abordagem mais global, isto é, como vamos alimentar mais 1 Bilião de pessoas que viverão na Terra em 2030, elevando o total para cerca de 8,5 bilhões, o que implica mudanças drásticas no sistema alimentar.

APROVISIONAMENTO / PADRÕES MÍNIMOS DE OCUPAÇÃO E LIMIARES DE UTILIZAÇÃO / RECURSO PAISAGEM

ALIMENTOS, MATÉRIAS PRIMAS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

**PENSAR EM FUNÇÃO DE UMA ABORDAGEM MAIS GLOBAL
– COMO VAMOS ALIMENTAR MAIS 1 BILIÃO DE PESSOAS EM 2030?**



*Where to put the next billion people ?
(28 September 2016 Richard T. T. Forman and Jianguo Wu)*

- 2030 + 1 bilhão de pessoas - total 8,5 bilhões
- cidades asiáticas e africanas densas
- coordenação a nível mundial
- grande aumento da produção mundial de alimentos

O factor aprovisionamento abre, por outro lado, grandes oportunidades: à agricultura biológica, às áreas de aproveitamento hidroagrícola e à situação altamente privilegiada do SW europeu, na conjugação a localização com influência directa do mar, com as características da temperatura ao longo do ano que permite, com menores custos, a produção continuada e precoce em relação ao centro e norte da Europa, sobretudo de hortícolas.

Atendendo, porém, ao agravado despovoamento nas áreas mais interiores do território, terão que se equacionar os padrões mínimos de ocupação e limiares de utilização, garantindo que se podem aproveitar essas oportunidades com novas abordagens. Efectivamente, para mitigar os efeitos da tendência pesada, e muito difícil de contrariar, de concentração da população na faixa litoral, é preciso pensar num ajustamento inteligente, valorizando quem e o que aumenta valor,



nomeadamente os serviços dos ecossistemas (como a erosão evitada, o sequestro de carbono, a biodiversidade, a produção de alimento vegetal, a produção animal extensiva e a produção de fibra).

No entanto, quando se analisam os indicadores sociais e económicos dos concelhos integrados em áreas classificadas para a conservação da natureza (áreas protegidas e incluídas na Rede Natura 2000), verifica-se um agravamento generalizado dos indicadores socio económicos, o que faz revisitar a pergunta: como é retribuído/valorizado pela comunidade e quais as oportunidades de desenvolvimento das paisagens resultantes de um significativo esforço do homem à prestação do serviço público dos ecossistemas.

A terceira ideia essencial do binómio paisagem / oportunidades de desenvolvimento é o recurso paisagem.

Mas só, durante os séculos XVI e XVII, principalmente, a partir do século XVIII, o espaço exterior começou a ter valor intrínseco o que elevou a arte da paisagem ao conceito moderno de planeamento abrangente e de cultura territorial. Foi, pois, necessário um processo de amadurecimento no reconhecimento do carácter da paisagem e da cultura do território, apoiado no trabalho de sucessivas gerações, que constituem hoje destinos emblemáticos e de referência.

As paisagens mais atractivas e relevantes do ponto de vista económico e social estão hoje relacionadas com destinos turísticos carismáticos e consolidados, apoiados por uma forte e diversificada oferta cultural e urbana, em que a rede de acessibilidades é uma componente vital, o que é evidenciado no eixo Central Europeu da Grã-Bretanha à Itália, como o destino turístico mais privilegiado.

E foi precisamente no eixo central europeu que o conceito da paisagem, como activo específico, começou a ser assimilado. O carácter das paisagens como o campo Inglês, a área rural da França, ou as vinhas da Toscana, construiu-se num amadurecimento progressivo de gerações de agricultores e movimentos culturais como a literatura, pintura e, sobretudo na actualidade o cinema, que valorizaram e afirmaram a sua identidade. E continuam a manter a sua atractividade, em comparação com outros destinos de moda, apostando numa forte actividade cultural.

Passado mais de um século, no mundo globalizado das TIC e da massificação e democratização de todos os modos de transporte, a Europa em 2015 por via da riqueza cultural, da variedade das suas paisagens e da qualidade das infra-estrutura turísticas foi a região mais visitada no mundo, o que



terá que fazer pensar como tirar partido das condições de que o País e Alentejo dispõem, face à crescente procura diferenciada de destinos singulares, sobretudo associados à natureza e ao mundo rural.

É hoje reconhecido que as paisagens agrícolas e os sistemas ecológicos estreitamente ligadas à ocupação humana e características dos territórios mediterrânicos, constituem pontos focais da biodiversidade europeia. A Rede Natura 2000 que em Portugal que representa cerca de 20% do território, é indissociável da manutenção de usos agrícolas e florestais, especialmente, associados a práticas tradicionais sustentáveis. A perspectiva estratégica da sua gestão, implica que também o valor do território do espaço rural, pela sua capacidade de gerar bens e serviços ou amenidades, terá que ser valorizado na concretização das políticas sectoriais.

Esta avaliação do território tem, pelo menos, duas dimensões: o espaço (representado pelas escalas de intervenção) e o tempo, onde os efeitos nos sistemas biofísicos são de longo prazo, o que determina a refelexão sobre em que território viverá uma criança que nasce hoje tem esperança de vida até ao final do século.



Não obstante e apesar das tendências globais emergentes de procura diferenciada já referidas, as regiões com a maior atractividade turística no continente continuam a ser o Algarve, seguido de Lisboa e Norte, contexto em que a paisagem rural em particular numa região como o Alentejo, pode estar, tal como a conhecemos hoje em dia, realmente ameaçada pela perda de recursos humanos e económicos.

A aplicação territorializada das políticas públicas aliando informação e conhecimento, activos específicos e recursos financeiros dos fundos estruturais devem gerar oportunidades de desenvolvimento associadas a paisagens sustentáveis, que se podem afirmar, para além do seu valor patrimonial histórico e cultural, pelo seu eco saldo positivo, capacidade de aprovisionamento e tornar-se alternativas aos destinos carismáticos já afirmados ■

Tema em destaque

O Mercado de Trabalho na Região Alentejo

A crise económica e financeira internacional de 2008, trouxe para a economia nacional e para a região, um conjunto de efeitos nefastos que conduziu ao encerramento de muitas empresas.

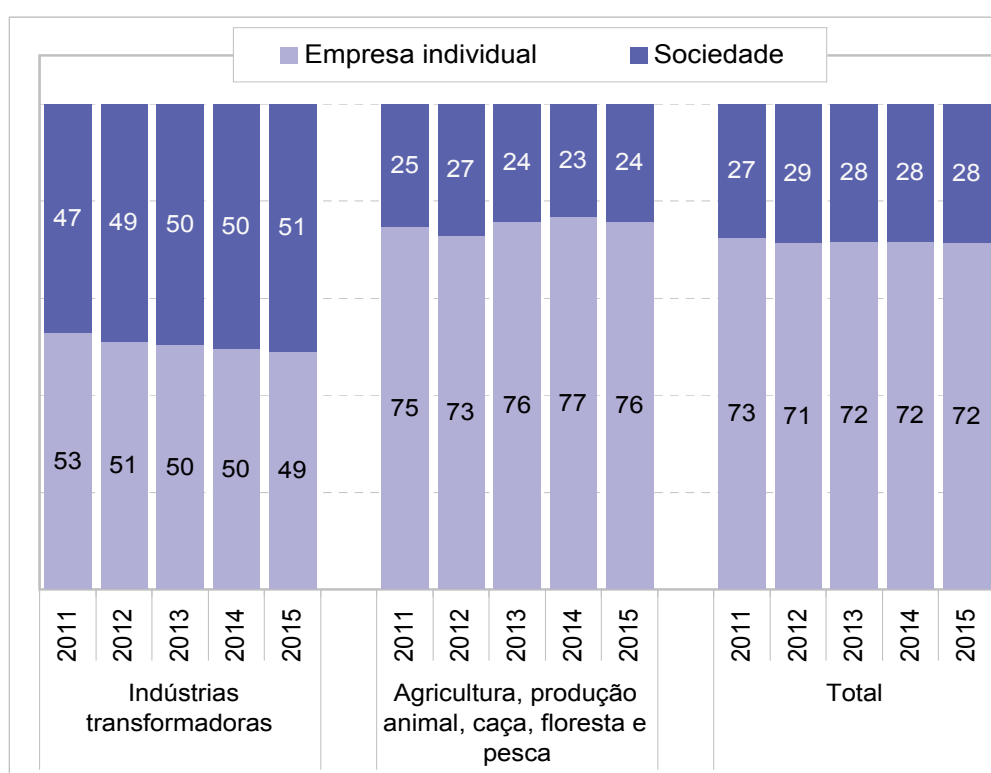
No âmbito do processo de resgate financeiro e de redução do défice orçamental foram adoptadas medidas e reformas estruturais que levaram a vários impactos no Alentejo, nomeadamente no âmbito do emprego/desemprego da população.

Neste contexto, é aqui dado o enfoque à caracterização do mercado de trabalho na região, no período pós 2011, ainda em período de crise, através da análise da evolução de alguns indicadores, optando-se por dividir o artigo essencialmente em três partes: (i) a evolução de indicadores relacionados com a identificação do número de empresas e população activa, (ii) a evolução de indicadores relacionados com o emprego e com o (iii) desemprego. Assim, procura-se identificar a relação entre aqueles que oferecem e procuram a força de trabalho na região, tendo, sempre que possível, o território nacional como referência.

No que concerne à forma jurídica e tipologia da actividade das empresas na região, **o Alentejo apresenta um tecido empresarial onde a maioria das empresas se encontra constituída em nome individual.**

Esta característica mantém-se, salientando-se, no entanto, *o sector das indústrias transformadoras*, por ser o sector onde as Sociedades têm maior relevância e onde esta forma jurídica tem vindo a manifestar uma tendência ascendente. Já na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, verifica-se a predominância das empresas em nome individual, com tendência continuada de manutenção da situação.

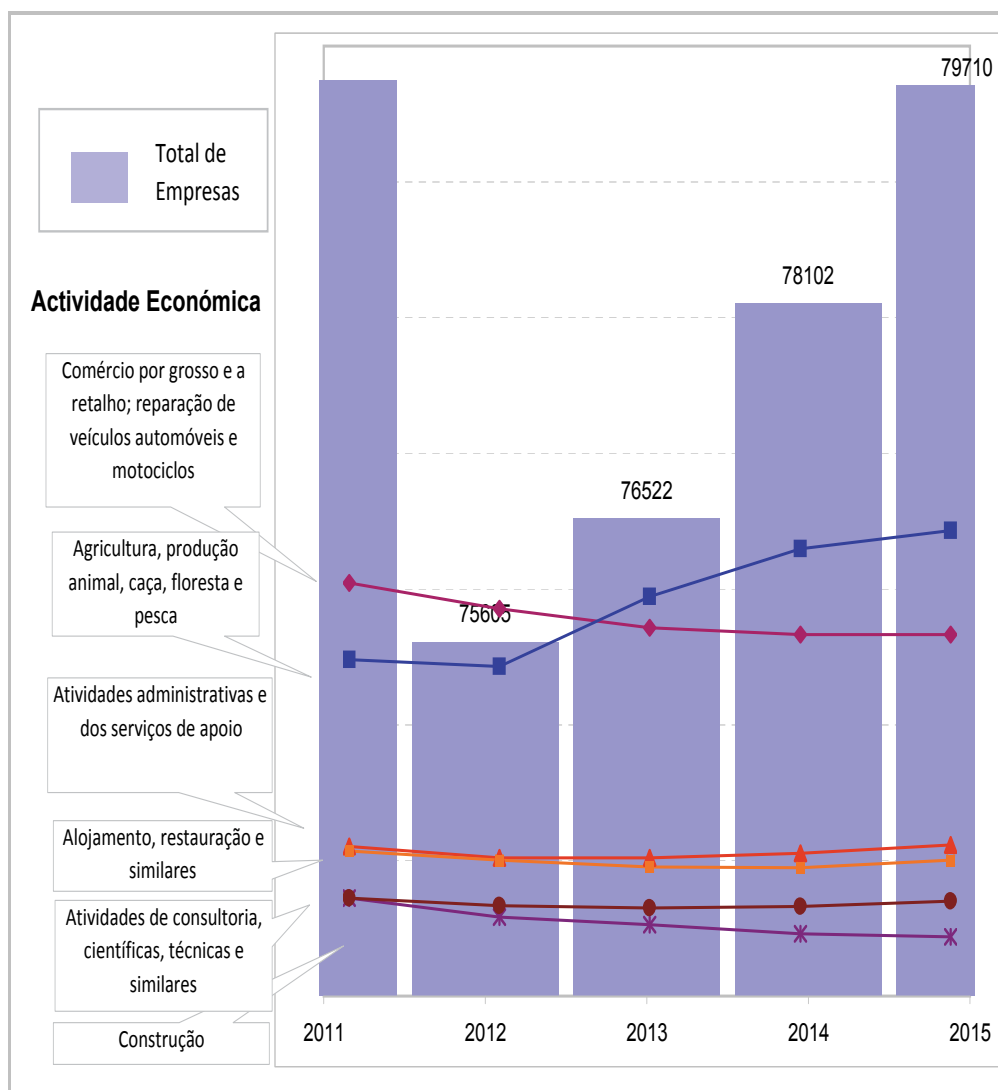
Empresas por Forma Jurídica e Actividade Económica - Alentejo 2011 a 2015



Fonte: INE

É ainda importante salientar o facto de, após os anos de crise, em que em 2012 houve um elevado decréscimo do número de empresas na região e, após um crescimento notório em 2014 e 2015, no último ano referenciado, **se ter atingido praticamente o mesmo número de empresas que a região tinha em 2011**, o que revela a tendência de recuperação deste indicador.

Empresas por Actividade económica - Alentejo 2011 a 2015



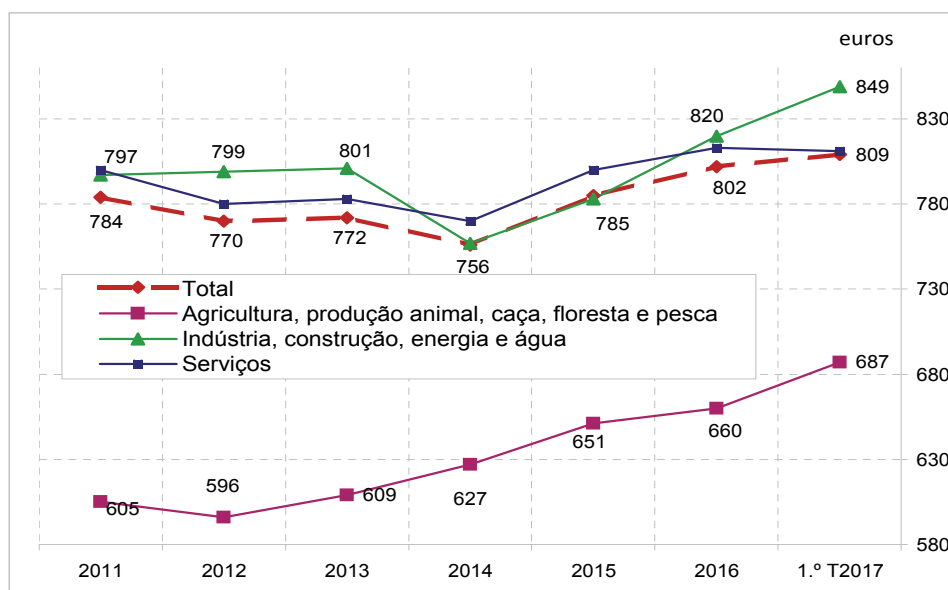
Fonte: INE

Por outro lado, o **acréscimo global do número de empresas deve-se essencialmente à evolução verificada no âmbito da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca**, pois à excepção das empresas ligadas às *actividades administrativas e aos serviços de apoio, do alojamento, restauração e similares e actividades de consultoria, científicas e técnicas similares* (com ligeira tendência ascendente), o número de empresas ligadas às restantes actividades revela tendência descendente.

Quanto ao **rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem, tem revelado uma tendência ascendente, a partir de 2014, tendo chegado, no 1º trimestre de 2017 a um valor médio regional de 809€**.

No entanto, este valor diverge bastante na *agricultura, produção animal, caça floresta e pesca*, onde apesar da constante tendência ascendente, o valor atingido fica bastante aquém do valor médio regional (não ultrapassa 687€).

Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem - Alentejo 2011 a 2015



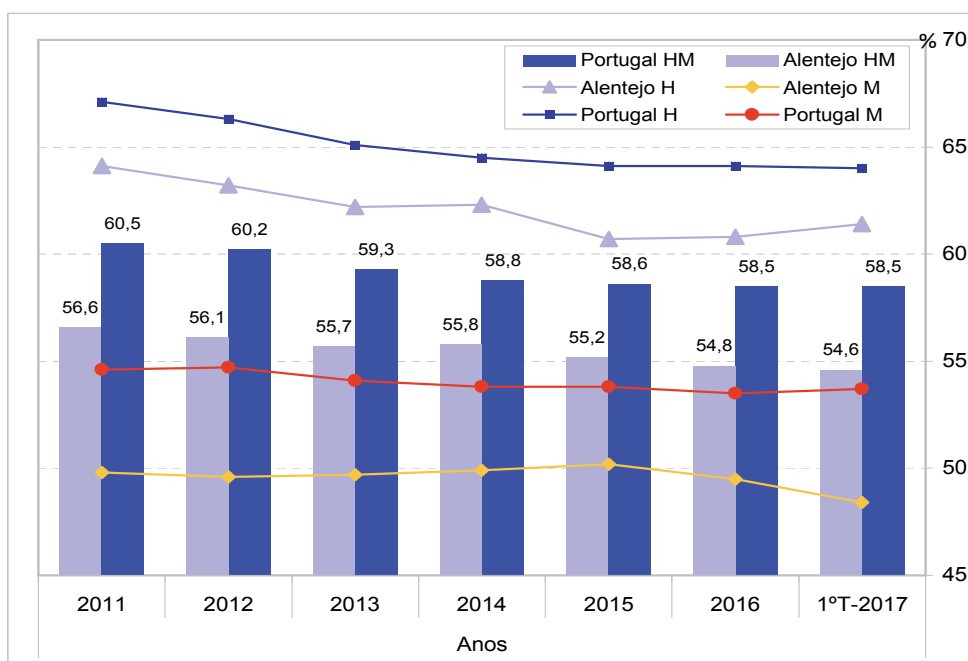
Fonte: INE

Na indústria, construção, energia e água, após a convergência com o valor médio em 2014, os valores voltaram a recuperar a tendência ascendente e a divergir da média, chegando a 849€. São os serviços os que mais convergem com o valor médio regional.

Ao analisar-se a evolução da população activa na região, conclui-se que esta tem vindo a diminuir, sendo o decréscimo mais acentuado nos homens que nas mulheres.

Se se tiver em conta a situação regional e a média nacional, conclui-se que a tendência global da taxa de actividade é idêntica, sendo que as tendências por sexo, são ligeiramente diferentes, pois a região, no início de 2017 revela uma tendência ligeira de acréscimo nos homens, enquanto a nível nacional mantém-se a tendência descendente continuada, o que parece conduzir a uma ligeira tendência de convergência.

Taxa de Actividade por Sexos - Portugal e Alentejo - 2011 a 2017



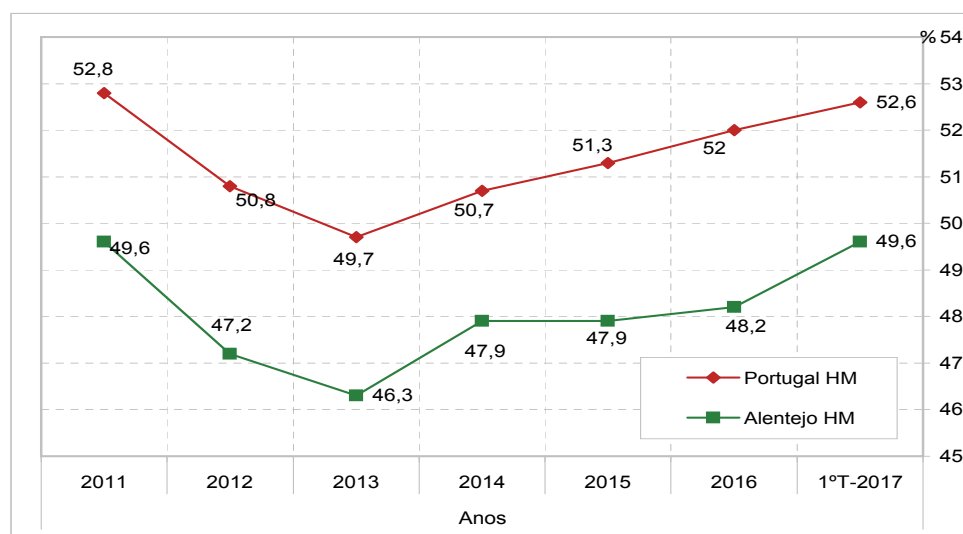
Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Já no que concerne às mulheres, a taxa de actividade regional apresenta uma tendência divergente da média nacional, com sentido descendente.

A análise da evolução da taxa de emprego entre 2011 e o primeiro trimestre de 2017 revela que a tendência do indicador na região é similar à tendência nacional, sendo que os valores regionais são, em todo o período em análise, inferiores às médias nacionais.

A partir de 2011 a taxa de emprego apresenta uma trajectória descendente, sendo o ano de 2013 o ano com valores mais baixos. A partir desta data, iniciou-se uma trajectória ascendente que permite que os valores regionais do primeiro trimestre do ano em curso, igualem os valores regionais de 2011.

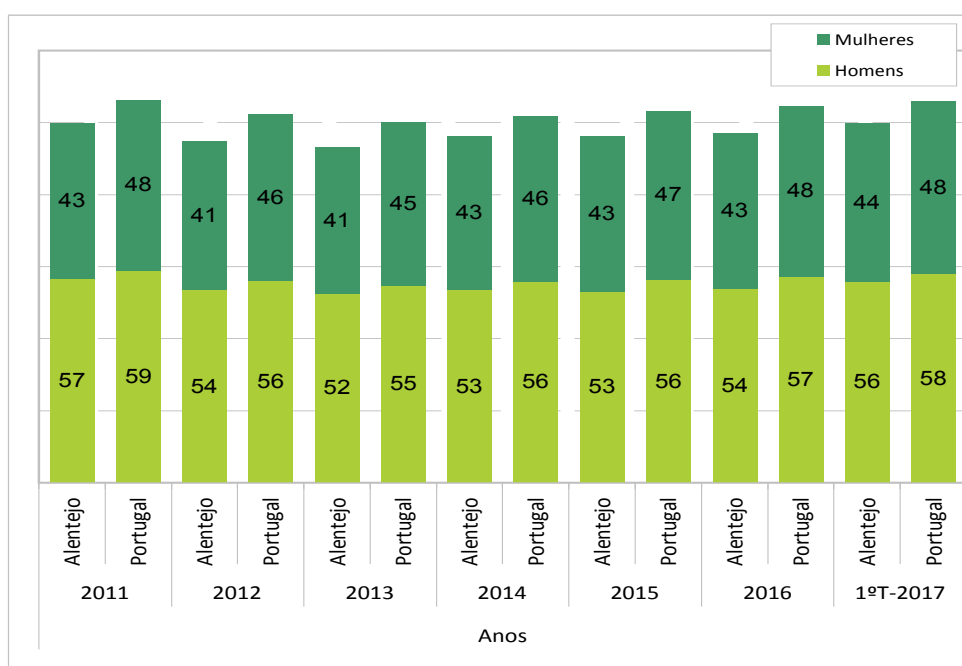
Taxa de Emprego - Portugal e Alentejo - 2011 a 2017



Fonte: INE

Ao fazer-se a comparação da taxa de emprego em ambos os sexos, verifica-se também que a realidade da região é similar à do país, onde os homens têm uma taxa de emprego superior à das mulheres.

Taxa de Emprego por sexos - Portugal e Alentejo - 2011 a 2017 (%)



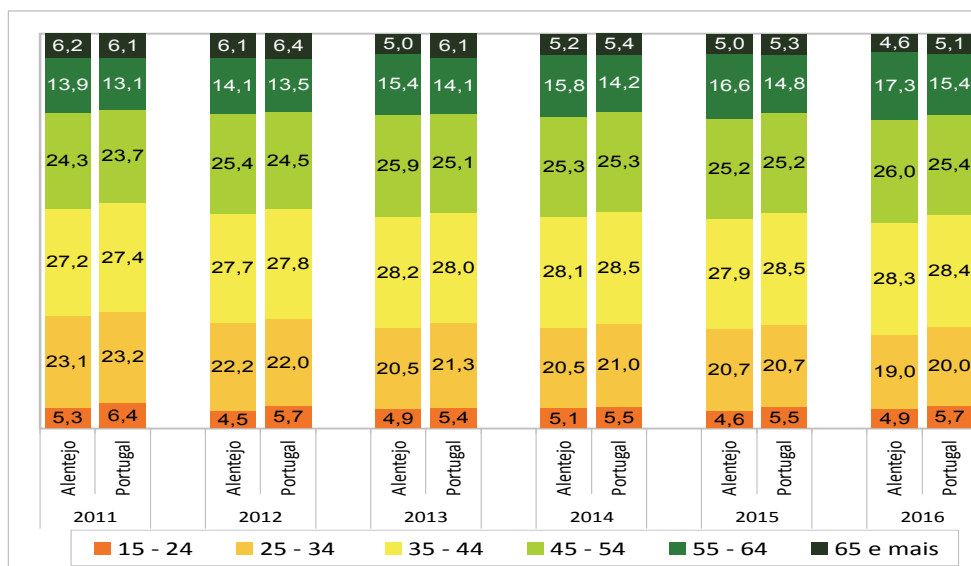
Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Também no que concerne à população empregada segundo o grupo etário, verifica-se que a relação entre os vários grupos etários na região, é similar à verificada no país.

A maior proporção de pessoas empregadas na região do Alentejo está na faixa etária entre os 35-44 anos com uma taxa de emprego superior a 78% em todo o período em análise, seguida da faixa etária 25-34 anos e de 45-54 anos.

O grupo dos 15-24 anos é aquele que à partida está em menor número no mercado de trabalho, sendo que a taxa de emprego para esta faixa anda próximo de um valor médio de 20%.

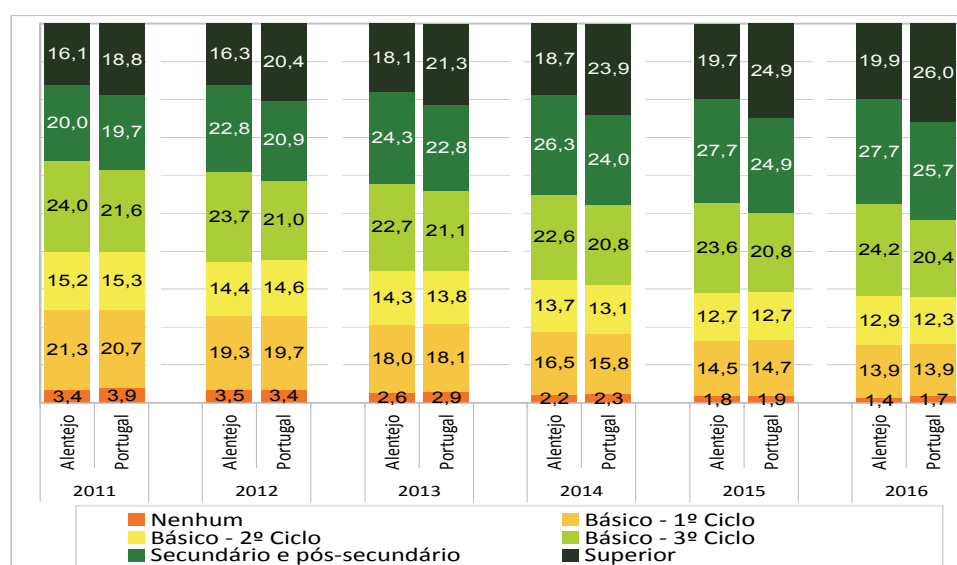
População empregada por grupo etário - Portugal e Alentejo - 2011 a 2016 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Quanto à população empregada, por nível de escolaridade, há uma predominância regional da população empregada com o 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário e pós secundário, havendo ainda um elevado número com o 1º ciclo do ensino básico. Neste nível de escolaridade a situação regional e nacional são similares. **No entanto, a percentagem de população empregada com ensino superior, na região, é inferior à situação que se verifica no país.**

População empregada por nível de escolaridade mais elevado completo (%)



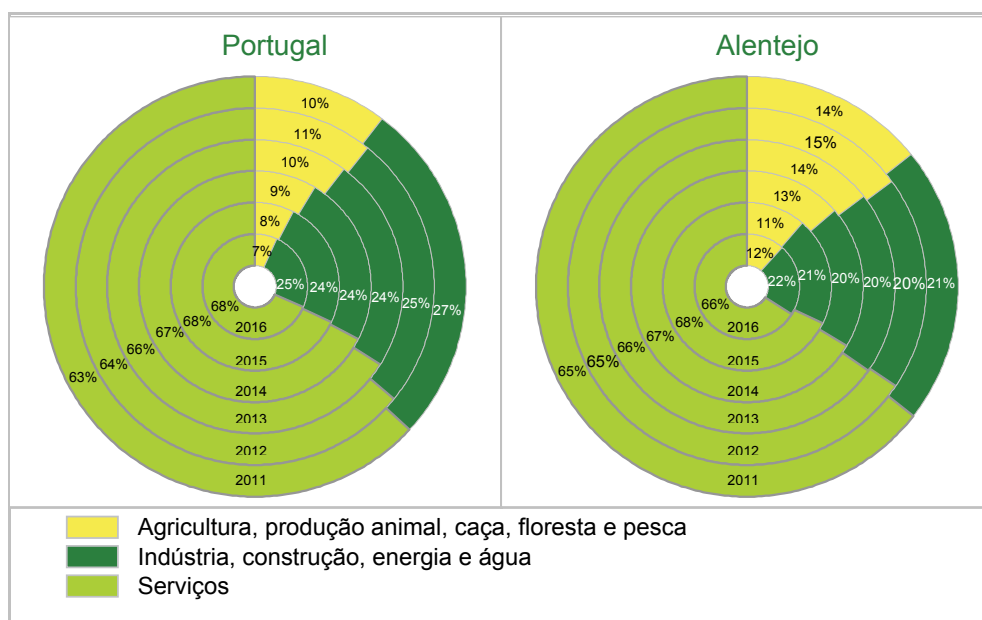
Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Contudo, **pode constatar-se que a população empregada, vai tendo níveis de escolarização mais elevados**, isto é, é a população mais escolarizada que eleva as taxas de emprego.

Quanto à população empregada por sector de actividade, o perfil de distribuição sectorial é idêntico, na região e no país, isto é, o sector dominante é o dos *serviços* (emprega 66% da população), seguido da *indústria, energia e água* (cerca de 22% da população) e, em terceiro plano a *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, com cerca de 12% da população empregada deste sector.

A população empregada no sector primário tem vindo a diminuir, quer na região, quer a nível nacional, enquanto na indústria, a população empregada na região revela uma tendência continuamente crescente (apesar de ligeira) e no país um período que pode ser referenciado como de estabilidade. Já o sector dos serviços, apesar da tendência crescente dos últimos anos, em 2016 parece ter revelado um ligeiro retrocesso face ao ano anterior, enquanto a nível nacional a tendência é de crescimento continuado.

População empregada por sector de actividade (CAE Rev. 3) - 2011 a 2016 (%)



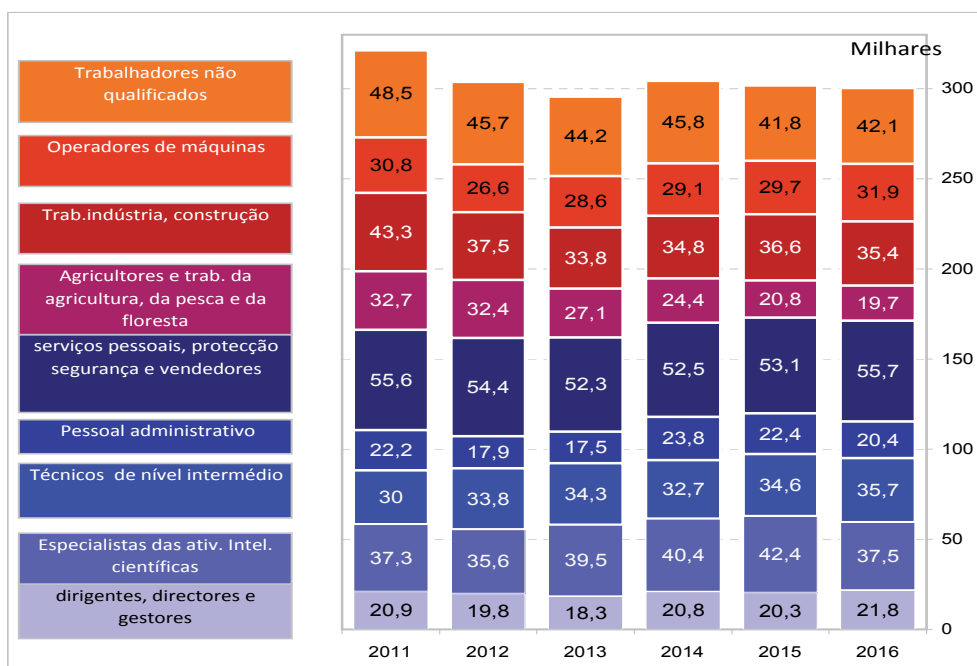
Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Os *serviços pessoais, protecção, segurança e vendedores* acolhem a maior parte da população empregada, mantendo-se praticamente os mesmos valores ao longo do período em apreço. Seguem-se os *trabalhadores da indústria e construção* que em 2011 apresentaram o valor mais elevado e os *especialistas das actividades intelectuais e científicas*, que em 2016 apresentam valores similares a 2011, após algum acréscimo nos anos pós 2012. Os *operadores de máquinas*, após 2012 manifestaram uma tendência de estabilidade, mantendo um número considerável de empregos.

É de realçar o facto do número de agricultores e trabalhadores da agricultura, da pesca e da floresta vir diminuindo, quando na análise do número de Empresas por *Actividade económica* (gráfico com título - **Empresas por Actividade económica - Alentejo 2011 a 2015**), concluímos que é precisamente o número de empresas *agrícolas, produção animal, caça, floresta e pesca* que revela um acréscimo continuado ao longo do mesmo período temporal, podendo aqui salientar-se o impacto do EFMA na região e a mudança em curso, em termos de mão de obra, pois apesar do aumento do número de empresas, a mesma decresce, o que pode levar a concluir que há cada vez maior especialização e mecanização na agricultura, aliada, em regra, à criação de gado.

Outra situação que merece destaque é que **apesar do elevado número de trabalhadores não qualificados, estes têm vindo a revelar uma tendência decrescente, ainda que ligeira, ao contrário dos técnicos de nível intermédio, cuja tendência tem sido no sentido ascendente.**

População Empregada por profissão - 2011 a 2016

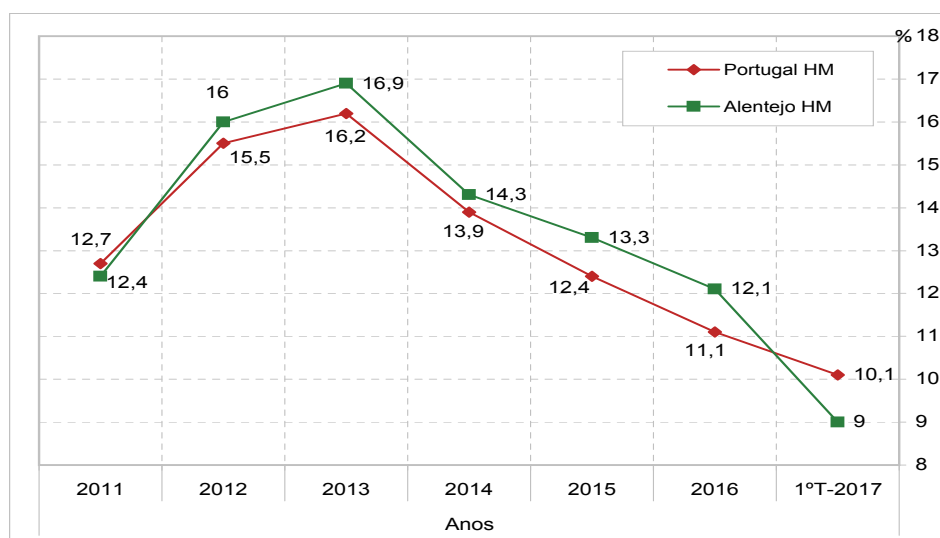


Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Quanto à taxa de desemprego regional em 2011 é de referir que vem de uma situação com valores inferiores à média nacional, passando a partir de 2012 a apresentar uma situação inversa. À semelhança do que sucede com a taxa de emprego, o ano de 2013 é o ano de viragem para o início de um caminho mais favorável, pelo que nesta data se inicia a tendência descendente da taxa de desemprego, na região e no país.

De referir o facto de no primeiro trimestre de 2017, a região ter voltado a alcançar uma taxa de desemprego inferior à média nacional (à semelhança de em 2011).

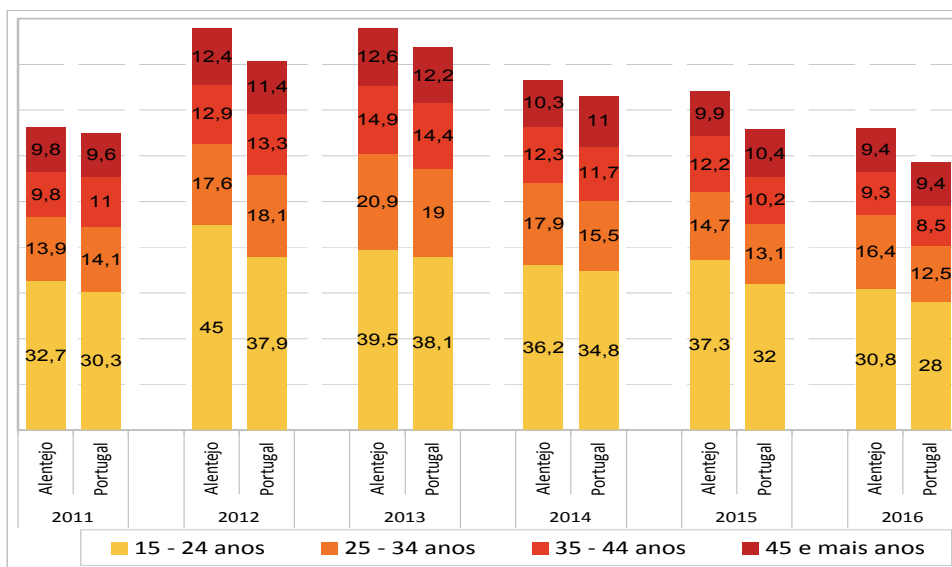
Taxa de desemprego - Portugal e Alentejo - 2011 a 2017



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Segundo o grupo etário, a taxa de desemprego mais elevada, quer na região, quer no país, situa-se no grupo dos 15 – 24 anos, seguido do grupo dos 25-34 anos, incidindo assim, o desemprego, sobretudo nos mais jovens. A tendência da região acompanha a tendência nacional, sendo a taxa de desemprego menos elevada no grupo de 45 e mais anos.

Taxa de desemprego por grupo etário - Portugal e Alentejo - 2011 a 2016

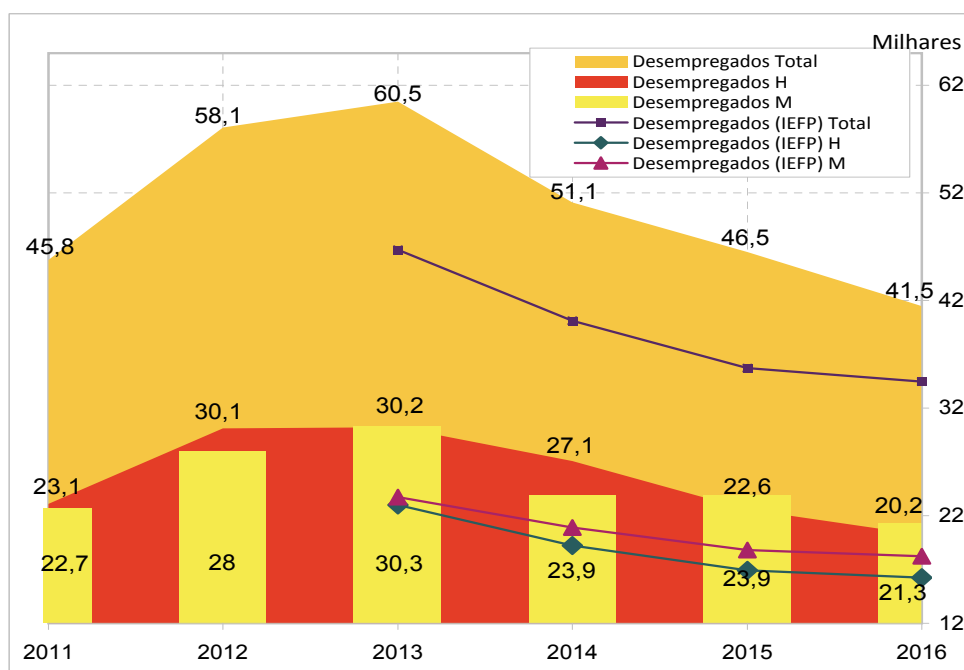


Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Na região, a evolução da população desempregada, revela uma tendência decrescente a partir de 2013. No entanto, enquanto o número de homens desempregados revela a mesma tendência continuada, a situação das mulheres revela uma tendência descontínua, superando o número de homens em 2013, 2015 e 2016. **Quer na região, quer no país, há valores na população desempregada mais elevados para as mulheres do que para os homens.** De salientar que em 2013, ano com níveis de desemprego mais elevados, foi o ano em que a diferença entre sexos se acentuou mais, em prejuízo das mulheres.

Já nos desempregados inscritos nos serviços de emprego, apesar da tendência global ser similar, conclui-se que este grupo é inferior no número total de desempregados, pois nem toda a população desempregada se inscreve nos serviços de emprego.

População Desempregada por Sexos - Alentejo - 2011 a 2016



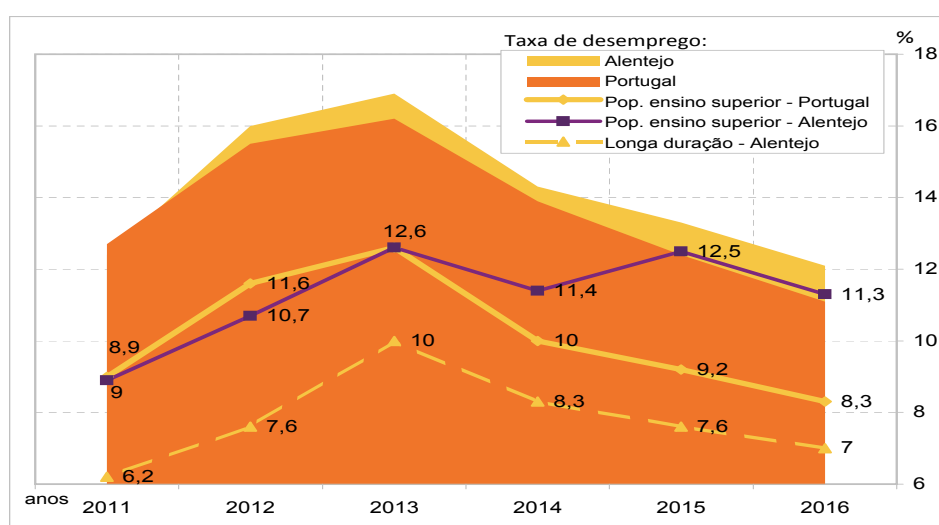
Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Neste caso, as mulheres apresentam uma tendência continuada decrescente, sempre superior ao número de homens na mesma situação, pelo que se pode inferir que as mulheres procuram mais os serviços de emprego que os homens.

No que se refere à taxa de desemprego de longa duração e da população com ensino superior em Portugal e no Alentejo, é notório que a taxa de desemprego na população com ensino superior na região, a partir de 2013, distancia-se da média nacional, desfavoravelmente à região, sendo que a nível do país, é acompanhada a tendência geral de descida da taxa de desemprego.

A taxa de desemprego de longa duração, na região, segue a tendência geral de decréscimo, a partir de 2013.

Taxa de desemprego de longa duração e da população com ensino superior Portugal e Alentejo - 2011 a 2016

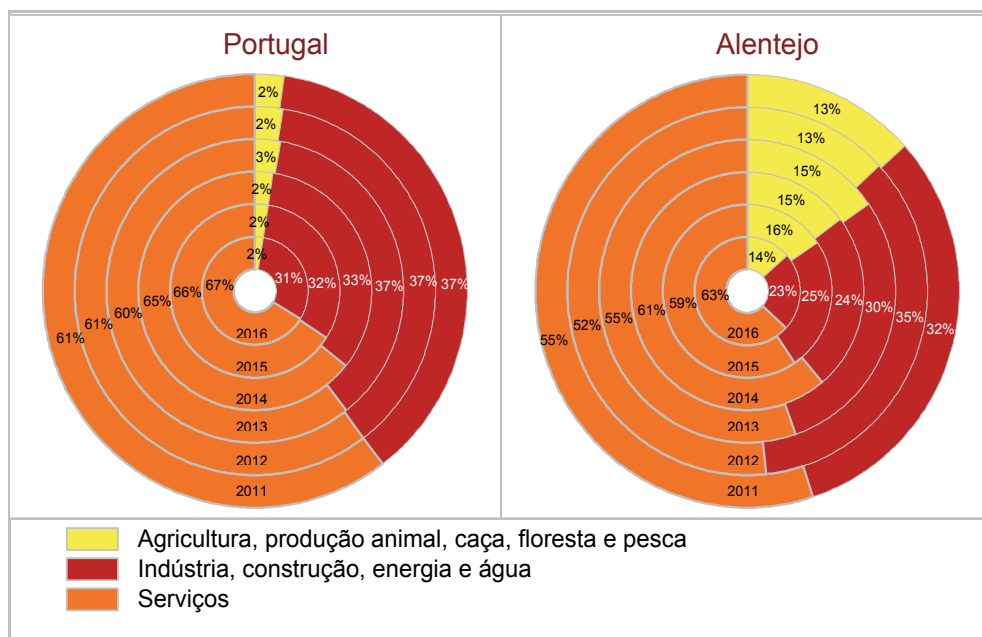


Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Quanto à população desempregada, de acordo com o último sector onde desenvolveu actividade, é de salientar a tendência decrescente na indústria, construção e energia, quer na região, quer no país, uma tendência crescente nos serviços e de alguma estabilidade no sector primário.



População desempregada por último sector de actividade (CAE Rev. 3) - 2011 a 2016



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

De referir ainda o maior peso do sector primário na região, relativamente ao peso que o mesmo tem a nível nacional, daí que também a população desempregada neste sector, a nível regional seja mais relevante que no âmbito do país.

No entanto, em ambos os territórios, a população desempregada no sector dos serviços é predominante, seguida da indústria, construção, energia e água e por fim o sector primário, concluindo-se que apesar das perdas de emprego no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, esta actividade tem vindo a crescer e representa cerca de 12%, do emprego na região (a média nacional é de 7%); ■



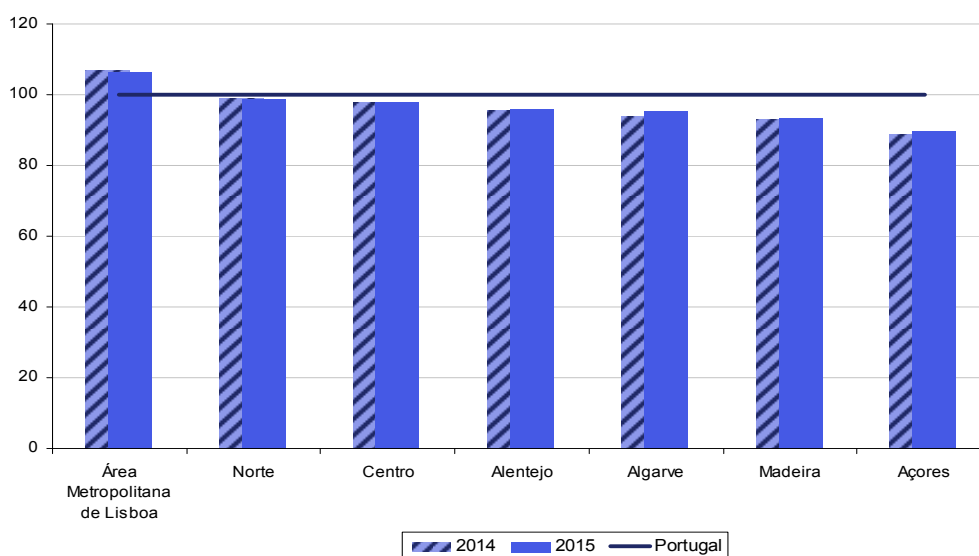
Tema em destaque

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Análise no Período 2014-2015

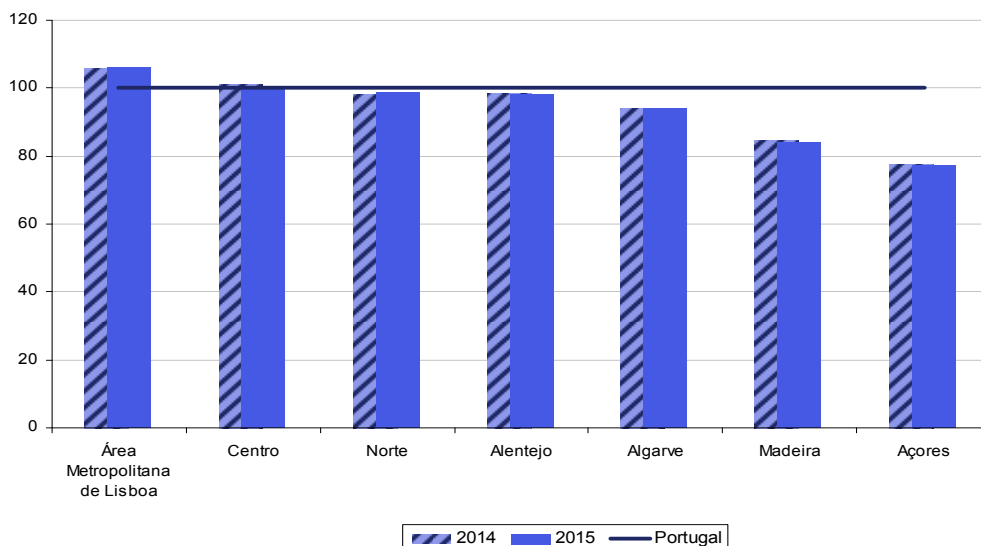
A publicação anual do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional para as regiões de Portugal permite avaliar, em termos Globais e nas suas componentes de Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental, o seu posicionamento relativo face à média nacional.

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Global, NUTS II - 2014-2015



Em termos gerais as regiões melhoraram a sua situação relativamente ao ano de 2014. No ano 2015 a maior parte das regiões apresenta valores do Índice Global que as aproxima mais da média nacional que no ano anterior, embora seja de referir que apenas a Área Metropolitana de Lisboa ultrapassa os valores médios do país. Colocando-se na posição central, o Alentejo ocupa a 4ª melhor posição nacional, aumenta o valor deste índice e consequentemente, aproxima-se da média do país.

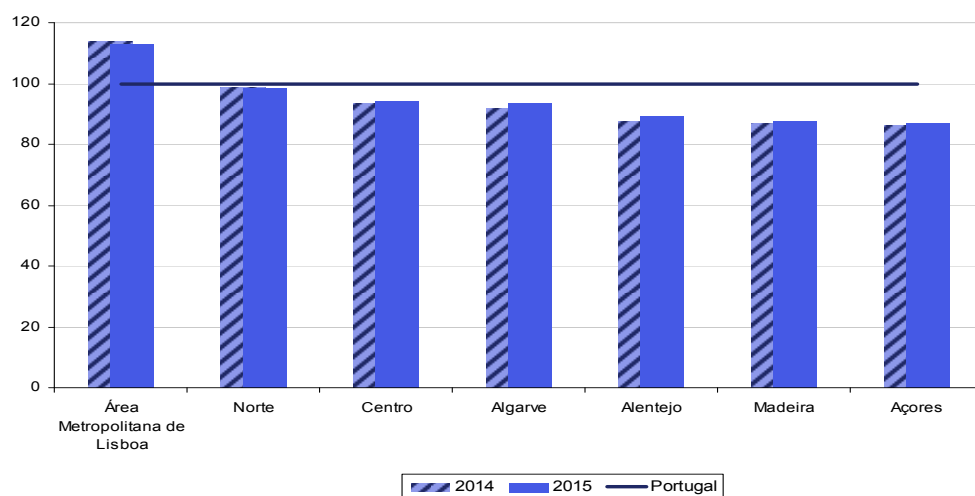
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice de Coesão, NUTS II - 2014-2015



É na eficácia na redução das assimetrias regionais e efeitos das políticas pública na qualidade de vida das populações que menos efeitos se têm vindo a observar nas regiões, como revelam os valores do Índice de Coesão. A maior parte das regiões de Portugal reverteu o trajeto de aproximação à média nacional e o Alentejo faz parte desse grupo, perdendo mesmo uma posição na hierarquia das regiões nacionais, passando a ocupar o 4º melhor lugar regional.

Com valores acima da média nacional, demonstrando melhor qualidade de vida das populações encontram-se a Área Metropolitana de Lisboa e a região Centro, ainda que esta última região apresente em 2015 diminuição do valor do Índice.

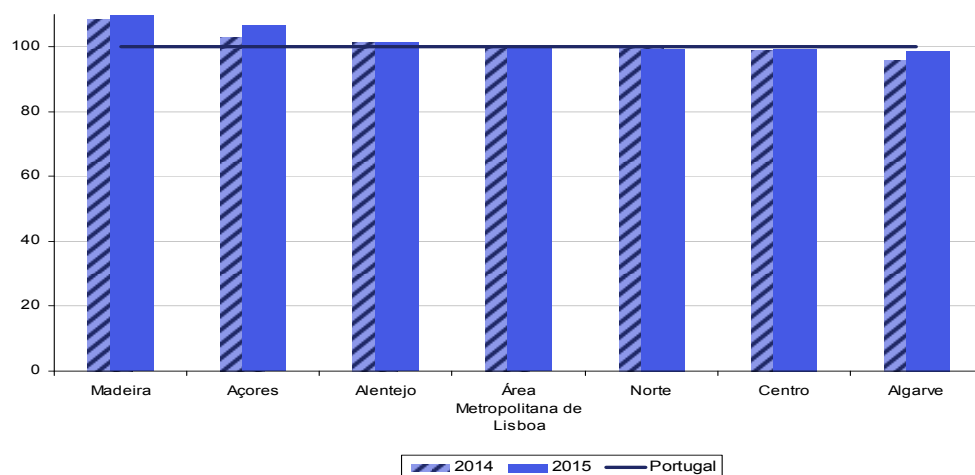
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, NUTS II – 2014-2015 Índice de Competitividade, NUTS II - 2014-2015



O Índice de Competitividade que avalia a eficácia do sistema produtivo, permite concluir que, apesar da maioria das regiões ter conseguido melhorar a capacidade de criação de riqueza, como se pode confirmar pelo aumento dos valores deste índice, nenhuma região, para além da Área Metropolitana de Lisboa, supera a média nacional e ainda que em queda do valor do índice, mantém esta posição desde o início da construção do ISDR.

O Alentejo aproxima-se do valor médio nacional, mantendo a 5ª posição regional.

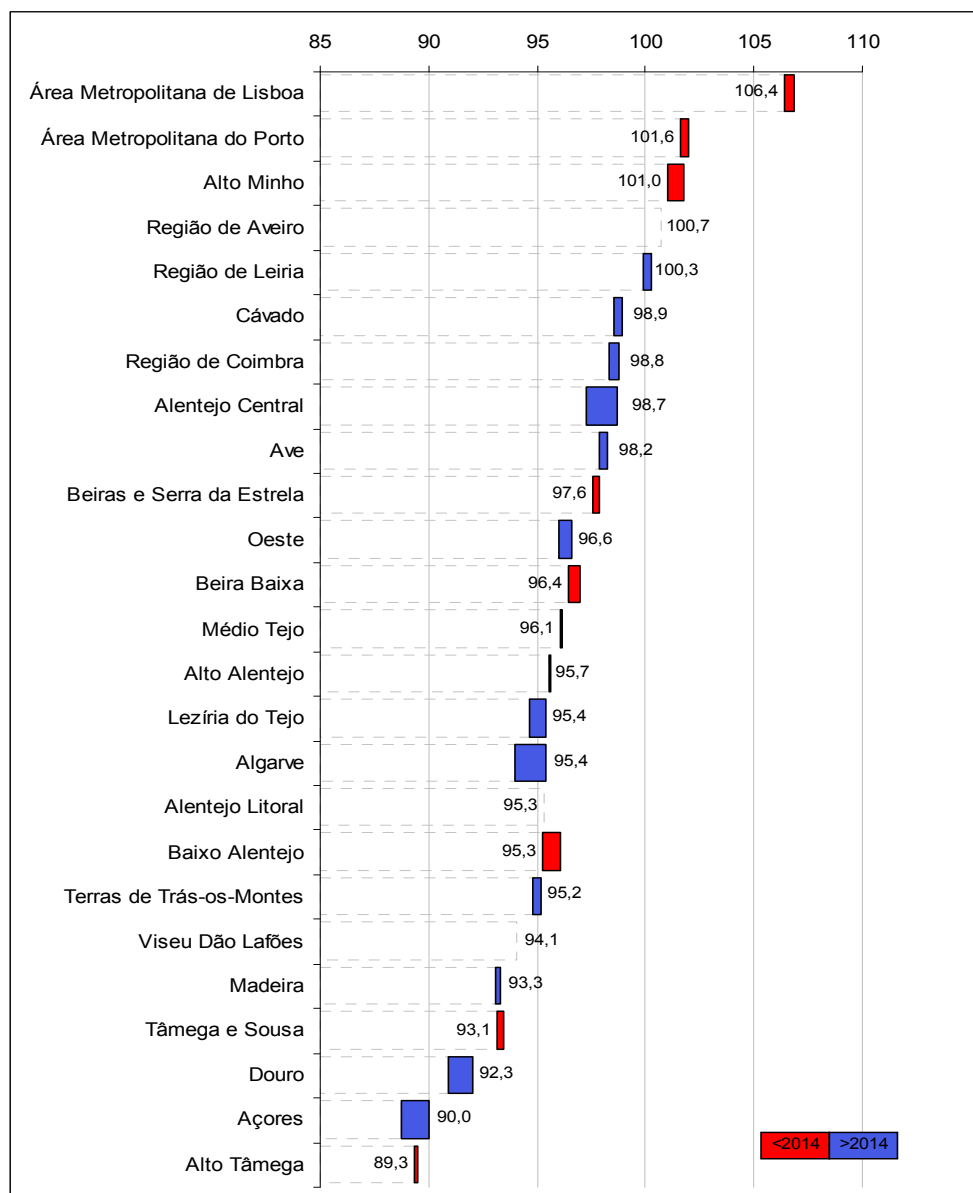
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice de Qualidade Ambiental, NUTS II - 2014-2015



Este é o indicador que revela melhores resultados nas regiões de Portugal. Com um andamento inverso ao registado no índice de competitividade, as regiões de mais baixo valor são as que apresentam melhor qualidade ambiental, como é o caso da Madeira, dos Açores e do Alentejo, todos eles ultrapassando a média nacional.

O ISDR permite avaliar também o desempenho das NUTS III e o seu posicionamento face à média nacional, globalmente e ao nível da Competitividade, da Coesão e da Qualidade Ambiental.

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice Global, NUTS III 2015 e Variação relativa a 2014



A nível geral e analisando as subregiões de Portugal, a Área Metropolitana de Lisboa é a que ocupa a melhor posição no país, com valores do indicador que suplantam, com algum significado, o valor médio nacional, sendo esta a NUT III de Portugal que melhor nível global apresenta, superando a situação média do país.

A Área Metropolitana do Porto, o Alto Minho, a Região de Aveiro e a Região de Leiria, com valores que ultrapassam também, embora de perto, o valor médio nacional, ocupam as melhores posições seguintes.

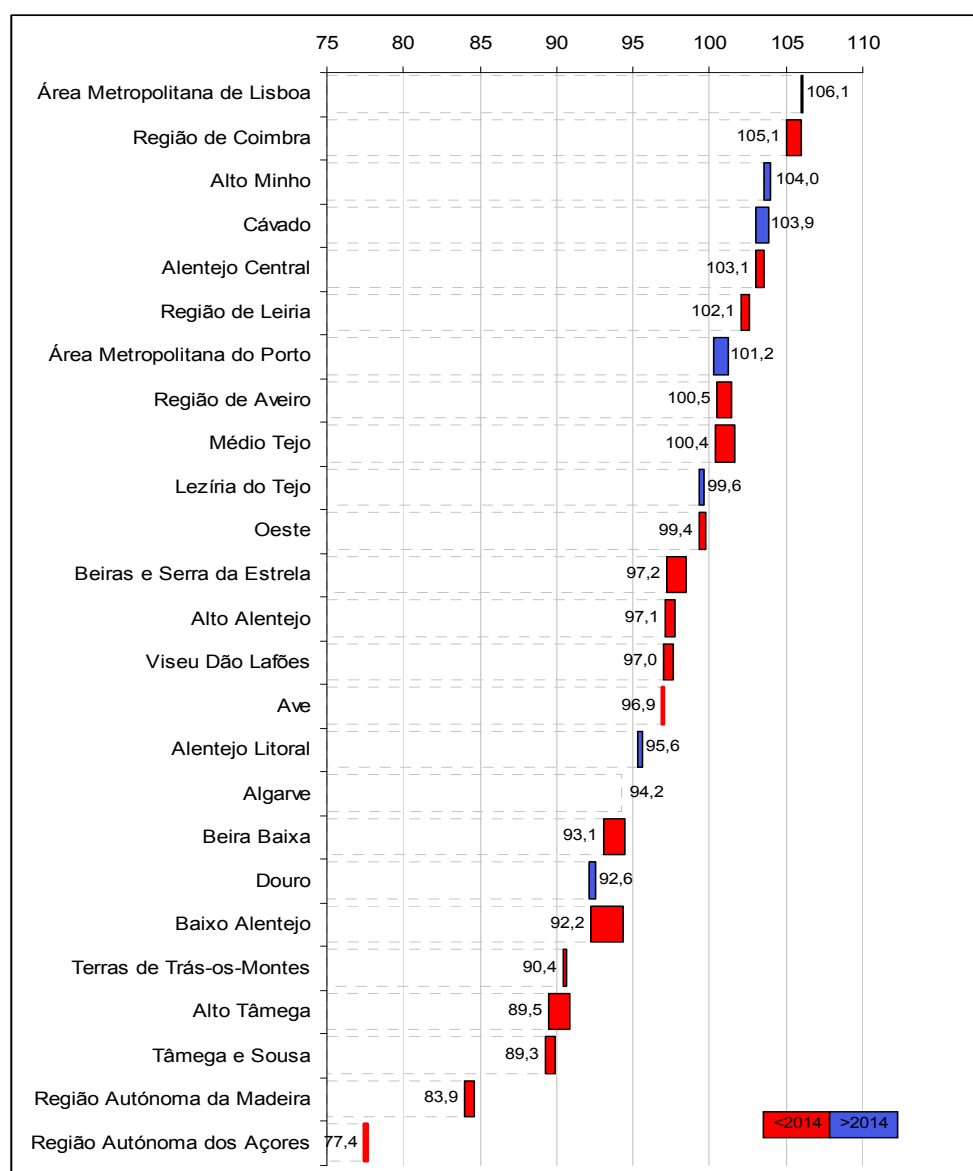
O Alentejo Central, a subregião do Alentejo com o melhor valor do Índice Global, encontra-se no primeiro terço neste índice, com o 8º melhor lugar nacional, ganhando duas posições relativamente ao ano de 2014.

No segundo terço, o Alto Alentejo, logo seguido da Lezíria do Tejo, ganham posições relativamente às restantes subregiões, melhoram a sua condição relativamente ao ano anterior;

O Alto Alentejo passa da 15ª para a 14ª e a Lezíria do Tejo sai do 18º lugar para ocupar o 15º.

No terço final encontram-se as subregiões do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo que reduzem, relativamente a 2014, o valor do indicador, ainda que ligeiramente, e também as suas posições, passando da 16ª para a 17ª e da 13ª para a 18ª, respectivamente.

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice de Coesão, NUTS III 2015 e Variação relativa a 2014



Ao nível do Índice de Coesão verificam-se alterações que mostram uma tendência geral de perda, de 2014 para 2015, no valor do índice que afere da qualidade de vida das populações. A diminuir o valor deste índice encontram-se 17 das 25 subregiões do país. É, no entanto, de referir que 9 subregiões apresentam condições acima da média nacional.

No Alentejo a Lezíria do Tejo e o Alentejo Litoral, por oposição, aumentam o valor do Índice.

Na hierarquia das subregiões a Área Metropolitana de Lisboa assume-se como a que apresenta me-

lhor qualidade de vida, trocando lugar em 2015 com a região de Coimbra, que ocupava este lugar em 2014.

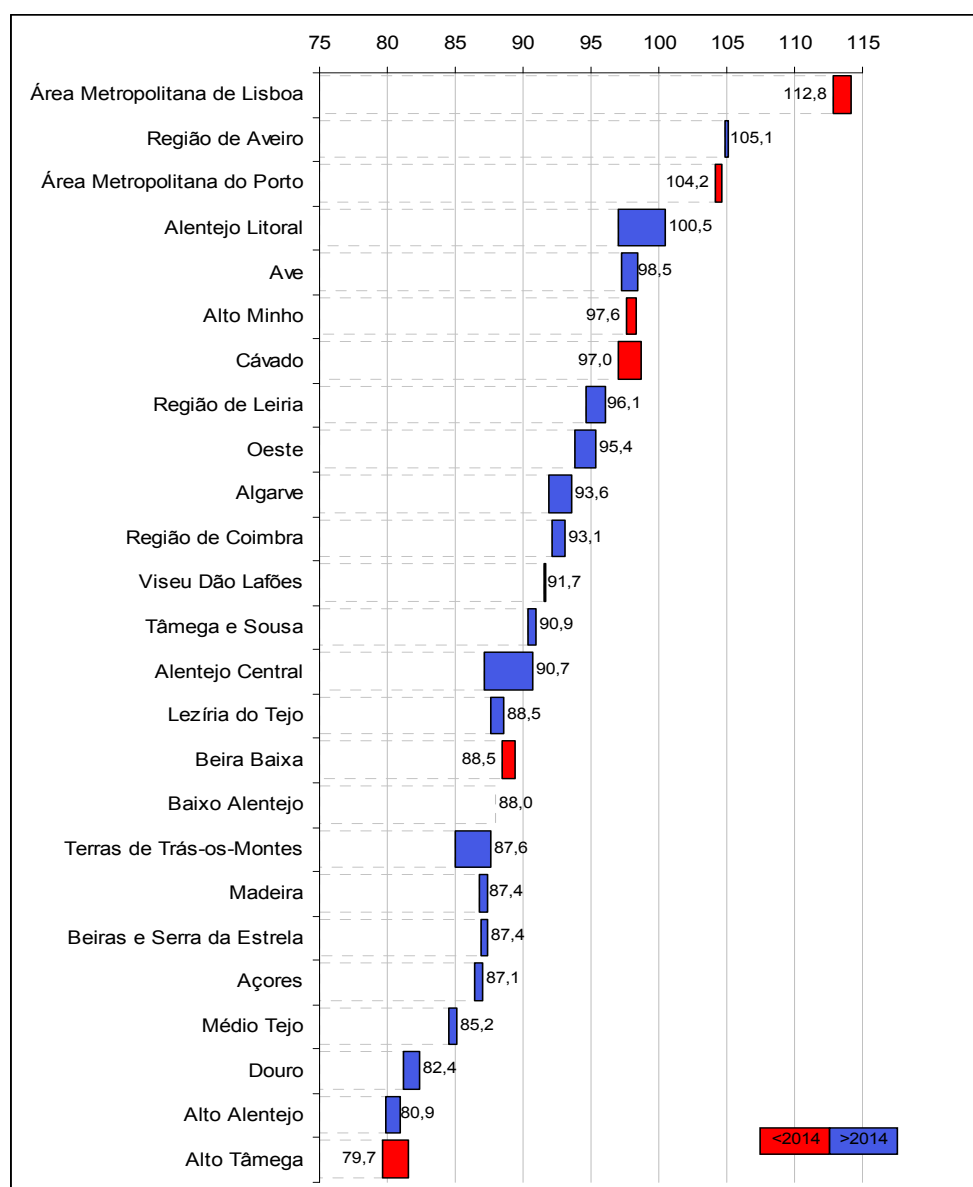
O Alentejo Central, apesar de ter reduzido muito ligeiramente o valor em 2015, ocupa a melhor posição regional e embora perca o 4º lugar que detinha em 2014, mostra condições de vida acima da média nacional.

A Lezíria do Tejo que ocupa a segunda melhor posição regional, apresenta valores próximos da média do país.

Ainda no que toca ao Alentejo surgem condições médias de vida inferiores às de Portugal no Alto Alentejo, no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo. Os dois primeiros conservam as posições relativas de 2014, respetivamente, a 13ª e a 16ª posições entre as subregiões nacionais.

O Baixo Alentejo afasta-se, em 2015, do valor médio nacional, e perde posição na hierarquia das subregiões nacionais, localizando-se na 20ª posição.

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice de Competitividade, NUTS III 2015 e Variação relativa a 2014

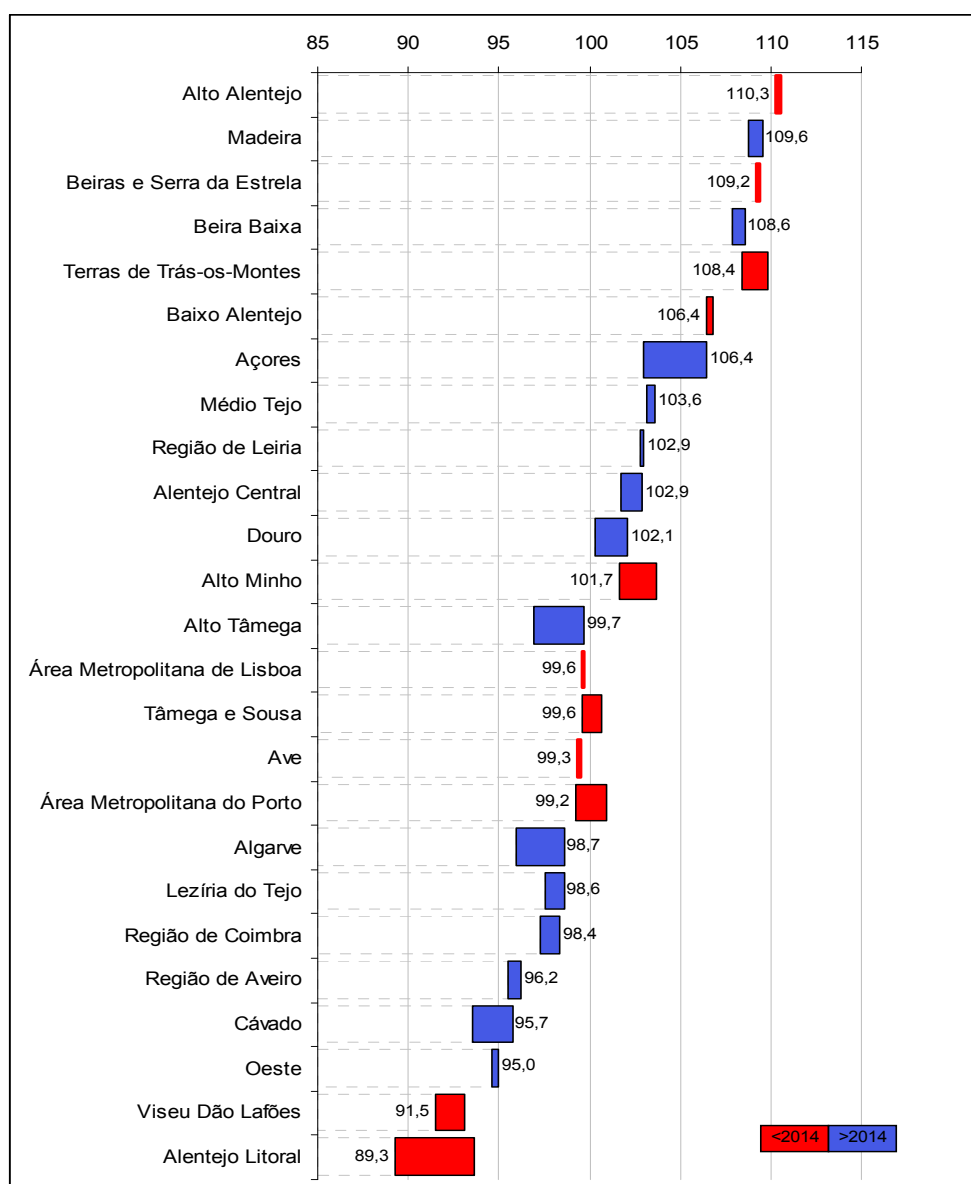


Ao nível da competitividade verifica-se um generalizado aumento dos valores do índice, embora apenas 4 subregiões apresentem sistema produtivo com capacidade superior à média do país, como pretende medir este índice. A Área Metropolitana de Lisboa continua sendo a melhor subregião do país, com o valor mais elevado.

O Alentejo Litoral conta com a melhor posição regional, melhora em valor face a 2014 e subindo três posições na hierarquia subregional, passa a ocupar o 4º lugar nacional.

Todas as subregiões do Alentejo registam aumento no valor deste índice, que vinha sendo aquele que mais penalizava a região. Estes aumentos conduziram a uma melhoria das posições hierárquicas subregionais na maioria destas subregiões, colocando o Alentejo Central e a Lezíria do Tejo, respetivamente, na 14ª e 15ª posições e o Alto Alentejo abandonou o último lugar para o Alto Tâmega. O Baixo Alentejo é a única subregião que aumentando, muito ligeiramente o valor do índice, desce do 15º para o 17º lugar.

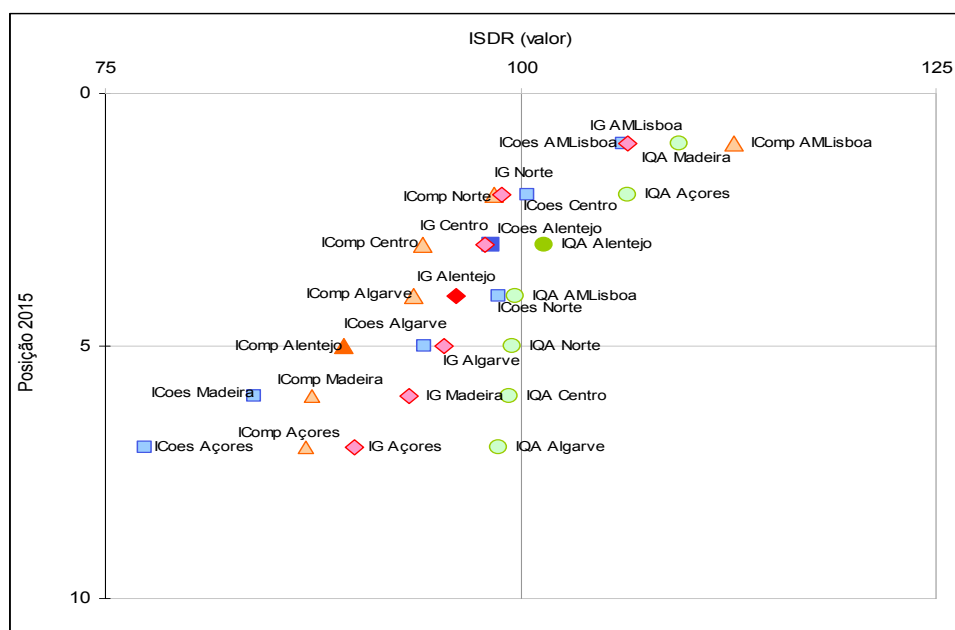
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional / Índice de Qualidade Ambiental, NUTS III 2015 e Variação relativa a 2014



O índice de Qualidade Ambiental apresenta em 2015, entre as subregiões de Portugal, variações positivas e negativas num número relativamente semelhante, sendo 14 as subregiões que melhoram o índice de ambiente.

O Alentejo compartilha a melhor e a pior posição, cabendo de novo ao Alto Alentejo a melhor qualidade ambiente do país e contando o Alentejo Litoral com o mais baixo nível deste índice. Três subregiões do Alentejo encontram na metade com melhor qualidade de ambiente: o Alto Alentejo, já referido, o Baixo Alentejo que mantém a 6ª posição e o Alentejo Central que ganha uma posição, localizando-se no 10º melhor lugar entre as NUTS III do país. Em queda de valor e posição a Lezíria do Tejo desce 2 lugares ficando em 19º e o já mencionado Alentejo Litoral, no último lugar.

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional Global e componentes - Valor e Posição, NUTS II 2015



O gráfico acima mostra o valor e a posição das Regiões de Portugal no que toca ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional e seus componentes – Índice de Coesão, Índice de Competitividade e índice de Qualidade Ambiental.

No quadrante superior direito deste gráfico encontram-se as regiões que apresentam a melhor performance regional, com resultados que superam 100 pontos, o valor médio do país e, simultaneamente, se encontram entre as cinco melhores posições nacionais.

A Área Metropolitana de Lisboa é a melhor região nacional no Índice de Competitividade, no índice Global e no Índice de Coesão, contando, por esta ordem com o valor mais elevado de todos estes índices.

A Madeira, os Açores e o Alentejo ocupam, respetivamente, os três primeiros lugares no que toca à Qualidade Ambiental. É este o único domínio em que o Alentejo conta com condições acima da média nacional.

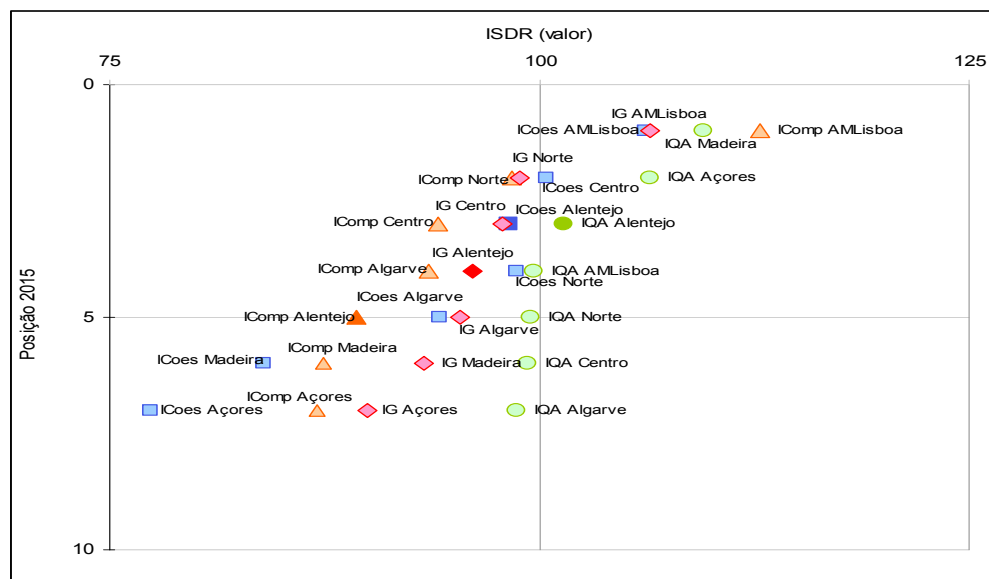
A região Norte também se encontra neste grupo, sendo a 2ª melhor região quanto ao Índice Global.

O segundo quadrante corresponde às regiões com valor abaixo da média nacional, mas entre as 4 melhores. É neste grupo que se encontra o Norte, com a 2ª melhor região ao nível da Competitividade.

O Alentejo é a 3ª melhor região no que toca ao Índice de Coesão e a 4ª melhor no Índice Global, apesar de, em ambos os casos, ficar aquém da média nacional.

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional Global e componentes - Valor e Posição, NUTS II 2015

É ao nível do ambiente que o Alentejo e as suas subregiões apresentam os melhores resultados, com valores que posicionam 3 subregiões acima da média nacional. Neste domínio o Alto Alentejo é a melhor subregião do país, seguida do Baixo Alentejo e do Alentejo Central, respectivamente nas 6ª e 10ª posições entre as 25 NUTS III do país.



O Alentejo Litoral ocupa a melhor posição regional e nacional (4ª) no que diz respeito à Competitividade e o Alentejo Central com a 5ª melhor posição nacional é a melhor subregião do Alentejo no que concerne ao Índice de Coesão. Estas regiões superam as condições médias nacionais nos diferentes domínios.

Com valores abaixo da média nacional, mas em recuperação, o Alentejo Central ocupa a 8ª melhor posição no que diz respeito ao Índice Global.

A Lezíria do Tejo atinge o valor médio nacional no que toca ao Índice de Coesão alcançando a 10ª posição nacional entre as NUTS III de Portugal.

O Índice de Coesão mostra um país com afastamentos significativos da melhor para a pior região, confirmando uma expressiva assimetria regional, com variações do Índice de 77 pontos a 106. Mais importante é ainda o facto deste indicador refletir a qualidade de vida das populações. O Alentejo, apesar de não atingir o valor nacional, posiciona-se em valores próximos a ele. Quanto às suas subregiões uma delas supera o valor nacional e as restantes apresentam valores que, relativamente, se lhe aproximam.

O índice de Competitividade que pretende avaliar a capacidade produtiva e o desempenho da economia revela, igualmente, desequilíbrios regionais, tanto ao nível das NUTS II, como das NUTS III, quer pelo intervalo de variação deste índice, quer pelo baixo número de regiões e subregiões que ultrapassam a média nacional. O Alentejo encontra neste domínio um dos seus maiores desafios, ainda que a dinâmica do Alentejo Litoral o faça alcançar a melhor posição regional, que ultrapassa a situação média do país e que o envia para uma das quatro melhores subregiões nacionais. As restantes subregiões do Alentejo apresentam diferentes níveis de desenvolvimento, desde valores que se aproxima da média do país, como é o caso do Alentejo Central, até um dos mais baixos valores nacionais como o do Alto Alentejo.

É ao nível da Qualidade Ambiental que o país revela os níveis mais elevados e em que os valores inferiores do índice mais se aproximam do valor médio nacional ao nível das regiões e rondando 90 pontos no que toca às subregiões.

Também o Alentejo mostra neste domínio os seus melhores resultados, com nível regional acima da média do país, que já se revelava em anos anteriores e para o qual colaboram as subregiões do Alto Alentejo como a melhor a nível do país, o Baixo Alentejo e o Alentejo Central, todas com qualidade de ambiente superior à média do país. A Lezíria do Tejo ronda o valor médio nacional e apenas o Alentejo Litoral mostr valor mais baixo, penalizado pelo nível atingido pelo índice competitividade e que conflitua com as questões de carácter ambiental.

Em termos do índice Global a Região é penalizada pela performance no domínio competitividade e que genericamente afeta todo o país, mas mostra neste último ano uma tendência de inversão, melhorando os seus valores em todos os níveis geográficos analisados. ■

Perspetiva 2020

NERBE / AEBAL

(Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral)

Baixo Alentejo: Projetos de Desenvolvimento

O Alentejo caracteriza-se por ser uma região com uma densidade populacional muito baixa, tendo em conta, que representa em termos geográficos, um terço de território nacional.

No entanto, nos últimos anos, verificamos que esta situação tem vindo a inverter-se, ainda que um ritmo lento, uma vez que, o Baixo Alentejo tem sido alvo de investimentos estruturantes, como são os casos das Minas Neves Corvo, as Minas de Aljustrel, o Porto de Sines, o Alqueva e o Aeroporto de Beja.

Contudo, aguardamos ainda a realização de alguns investimentos importantes para que esta região se possa afirmar a nível nacional e internacional, como são os casos da IP8 e IP2, da eletrificação da linha férrea, nomeadamente entre Beja e Casa Branca, para que verifique uma real e adequada interligação entre a região e o restante território nacional / internacional, sendo este ainda um grande entrave para que mais e melhores empresas se possam instalar na região, contribuindo assim para a diminuição das assimetrias regiões do nosso País.

Só desta forma será possível afirmarmos o verdadeiro potencial apresentado pelo território do Baixo Alentejo.

Notamos ainda assim, que alguns passos têm vindo a ser dados por parte das instituições e empresas da região para que estas condições se tornem num facto cada vez mais consumado, verifica-se uma maior colaboração entre instituições e empresas é cada vez mais uma realidade, e não podemos dissociar o contributo que as Associações Empresariais Regionais, as Comunidades Intermunicipais e a própria Comissão de Desenvolvimento Regional do Alentejo deram para esta situação, desenvolvendo nos últimos anos projetos, tomadas de decisão, documentos, fóruns e iniciativas em parceria apresentando o Alentejo como um todo e não como soma das partes.

O NERBE/AEBAL, definiu como âmbitos de atuação a defesa dos interesses da região propiciando o desenvolvimento regional, a assistência, capacitação e redução de custos de contexto para as empresas. Neste sentido e devido às características do Alentejo e do tecido empresarial regional definimos que o empreendedorismo, a inovação e transferência de tecnologia e a internacionalização seriam áreas críticas nas quais deveremos prestar especial atenção de forma a consubstanciar os objetivos definidos.

Definimos parcerias estratégicas, com uma visão do território semelhante à da nossa Associação e com essas entidades temos implementado projetos que consideramos poderão propiciar o desenvolvimento da Região e do seu tecido empresarial.

Ao longo do período que esta Direção tem estado à frente do NERBE/AEBAL foram desenvolvidos vários projetos, a grande maioria financiados pelos apoios comunitários em vigor e só desta forma seria possível a sua implementação.

Na área do empreendedorismo, estamos neste momento a implementar conjuntamente com as Associações Empresariais do Alentejo e Lezíria o projeto “Empreender + Alentejo | Promoção de Oportunidades de Negócio na Região do Alentejo, cujo objetivo central promoção do espírito empresarial através da dinamização do empreendedorismo qualificado e criativo, com vista à concretização de novas empresas assentes nos Domínios de Especialização da RIS3 Alentejo. No âmbito deste projeto também está a ser desenvolvido um Concurso de Empresarialização, no qual se encontram a ser

analisadas 40 ideias de negócio, das quais serão premiadas as melhores 8 ideias, duas ideias por cada sub-região.



Imagem 1 – Empreender + Alentejo | Fórum Regional

No que à inovação diz respeito, o NERBE/AEBAL está atualmente a implementar o projeto Alentejo Inovar + | Promoção da Inovação na Região do Alentejo, em parceria com as suas congéneres de Évora e Portalegre, com o objetivo central do reforço da capacitação empresarial das PME da Região para o desenvolvimento de processos de Inovação, estimulando o trabalho em rede através da criação de comunidades de inovação assentes nos Domínios de Especialização da RIS3 Alentejo, na ligação das empresas ao ensino superior, no desenvolvimento de projetos inovadores, com vista ao desenvolvimento de novos bens e serviços ao aumento da produtividade e capacidade de criação de valor. Estão neste momento a ser desenvolvidas comunidades de inovação e encontros de matching que irão aproximar os Centros de Investigação e Academia às empresas provocando processos de inovação e transferência de tecnologia.

Ainda no âmbito da inovação a Associação está a iniciar a implementação de um projeto conjunto de formação-ação, cujo objetivo geral é “aumentar a capacidade de gestão das empresas participantes promovendo a reorganização, a inovação e a mudança, bem como a qualificação dos seus recursos humanos em domínios relevantes”. Pretendemos proceder a mudanças organizacionais nas empresas participantes ao nível da gestão estratégica e operacional, dos modelos de negócios, dos processos, das abordagens aos mercados interno e externo, das formas de financiamento empresarial entre outros. O Projeto visa a intervenção estruturada em PME que apresentam soluções comuns e coerentes face a problemas e oportunidades a explorar no quadro dessas empresas. Como resultado do diagnóstico elaborado estruturou-se a intervenção em 2 temáticas (Internacionalização 14 empresas; Economia Digital e TIC 14 empresas). Este projeto tem como organismo intermédio a AIP/CCI e terá o seu início durante o 1º trimestre de 2017 e a sua conclusão em Novembro de 2018.

No âmbito da internacionalização, o NERBE/AEBAL em parceria com o NERE, o NERPOR e o Sines Tecnopolo estão a implementar o projeto Alentejo Exportar Melhor | Valorização dos Recursos da Região do Alentejo, que tem como objetivo central potenciar o sucesso da internacionalização das PME da região através de um melhor conhecimento sobre os mercados, e estimular as iniciativas coletivas de cooperação interempresarial para a internacionalização dos bens e serviços produzidos na Região incidindo em 4 mercados internacionais, nomeadamente Estados Unidos da América, Alemanha, Suécia e Marrocos.



Imagem 2 – Sessão de Apresentação | Alentejo Exportar Melhor

Ainda referente à internacionalização a nossa Associação também implementou o projeto Alqueva Exporta - Promoção internacional dos produtos da região de Alqueva, fruto da parceria com a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A, que teve como objetivo alavancar as exportações das empresas instaladas na área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) através da divulgação dos bens e serviços produzidos nesta localização junto de mercados internacionais, e estimular as iniciativas coletivas de cooperação entre empresas visando a internacionalização dos bens e serviços produzidos.



Imagem 3 – Stand Alqueva Exporta | SISAB 2016

Neste momento encontramos também, a implementar em parceria com as outras duas Associações Regionais do Alentejo e a ACOS – Associação de Agricultores do Sul o projeto Alentejo Export, cujo objetivo é objetivar o sucesso da internacionalização das PME's da região do Alentejo, através do desenvolvimento de mecanismos inovadores na prospeção, conhecimento e acesso aos mercados internacionais e do estímulo a iniciativas coletivas inovadoras que potenciem a internacionalização dos bens e serviços produzidos na região, assente na estratégia regional de especialização inteligente (RIS3).

Estes são alguns exemplos dos projetos que a nossa Associação tem desenvolvido de forma a fomentar o desenvolvimento regional, pois entendemos que só com uma Região com um tecido empresarial forte é possível responder aos desafios com que nos deparamos no presente e podemos aspirar um melhor futuro para as gerações vindouras.

Apesar das condicionantes de interioridade a que região está sujeita, continuamos com duas realidades bem distintas, um setor agroalimentar que contribuiu fortemente para o investimento e cujo crescimento das exportações se destacaram no contexto nacional, outros setores tradicionais continuam com algumas dificuldades em apresentar crescimentos visíveis.

Desta forma reconhecemos que os fundos comunitários em geral e o Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020 em particular desempenham um papel de primordial importância na preparação e afirmação do tecido empresarial da Região, pois face aos desafios de competitividade, desenvolvimento e

internacionalização com que as empresas se debatem e à debilidade demonstrada pelo tecido empresarial regional, só a alavancagem propiciada com estes fundos é possível fazer face a constrangimentos como a dimensão e a quantidade reduzida das empresas instaladas. Estes apoios concedidos permitem, não só capacitar as empresas instaladas, como também cativar investimento, fomentando o aumento do número de empresas na Região, incrementado o emprego e a fixação de pessoas a um território que apresenta oportunidades únicas e com um estilo de vida inigualável.



Imagem 4 – Promover a Economia Circular | Filipe Pombeiro | Roberto Grilo

Os apoios comunitários deverão cumprir o seu propósito, ou seja, promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, estimulando a produção de bens e serviços transacionáveis, incrementando as exportações, a transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo, a promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos, reforçando a coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade. No entanto somos da opinião que a implementação do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020 deveria ser mais célere, mais expedita e menos burocrática, pois têm-se constatado atrasos na sua execução, que poderão comprometer o cumprimento dos objetivos previamente traçados.

Atrasos sistémicos como os constatados até aqui nos programas comunitários, em especial no PDR2020, resultaram em atrasos nas decisões de investimento das empresas, ou até mesmo início de investimentos sem garantia de cofinanciamento comunitário.

Também no que respeita ao acesso a medidas e a estímulos nos programas de incentivo à contratação, com demoras nas aprovações por parte dos órgãos competentes, resultaram em menores contratações do que as necessárias para a atividade das nossas empresas.

Todas estas questões podem pôr em causa perdas de oportunidades e competitividade por parte do nosso tecido empresarial, por isso é imprescindível que medidas sejam tomadas para que situações como estas não se voltem a verificar, de forma a que o Acordo de Parceria PORTUGAL 2020 cumpra os seus desideratos.

Paralelamente aos projetos que estamos a desenvolver e que estão identificados neste texto, conscientes que as nossas empresas se deparam com inúmeros custos de contexto, relativos a gastos energéticos excessivos, custos administrativos ou outros, o NERBE/AEBAL tem vindo a reforçar as suas parcerias e protocolos com vista a reduzir estes custos para os nossos associados, através de tarifas mais baixas potenciadas pelo efeito de escala da própria associação.

A nossa associação empresarial irá certamente continuar a contribuir e a fomentar projetos, parcerias e iniciativas que conduzam o Alentejo a uma região competitiva, próspera, com um potencial de qualidade único, capaz de ombrear com as regiões internacionais mais avançadas e desenvolvidas ■

Artigo da responsabilidade de Filipe Fialho Pombeiro, Presidente da Direcção do NERBE / AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral.

Perspetiva 2020

PORTO DE SINES - Porta Atlântica da Europa

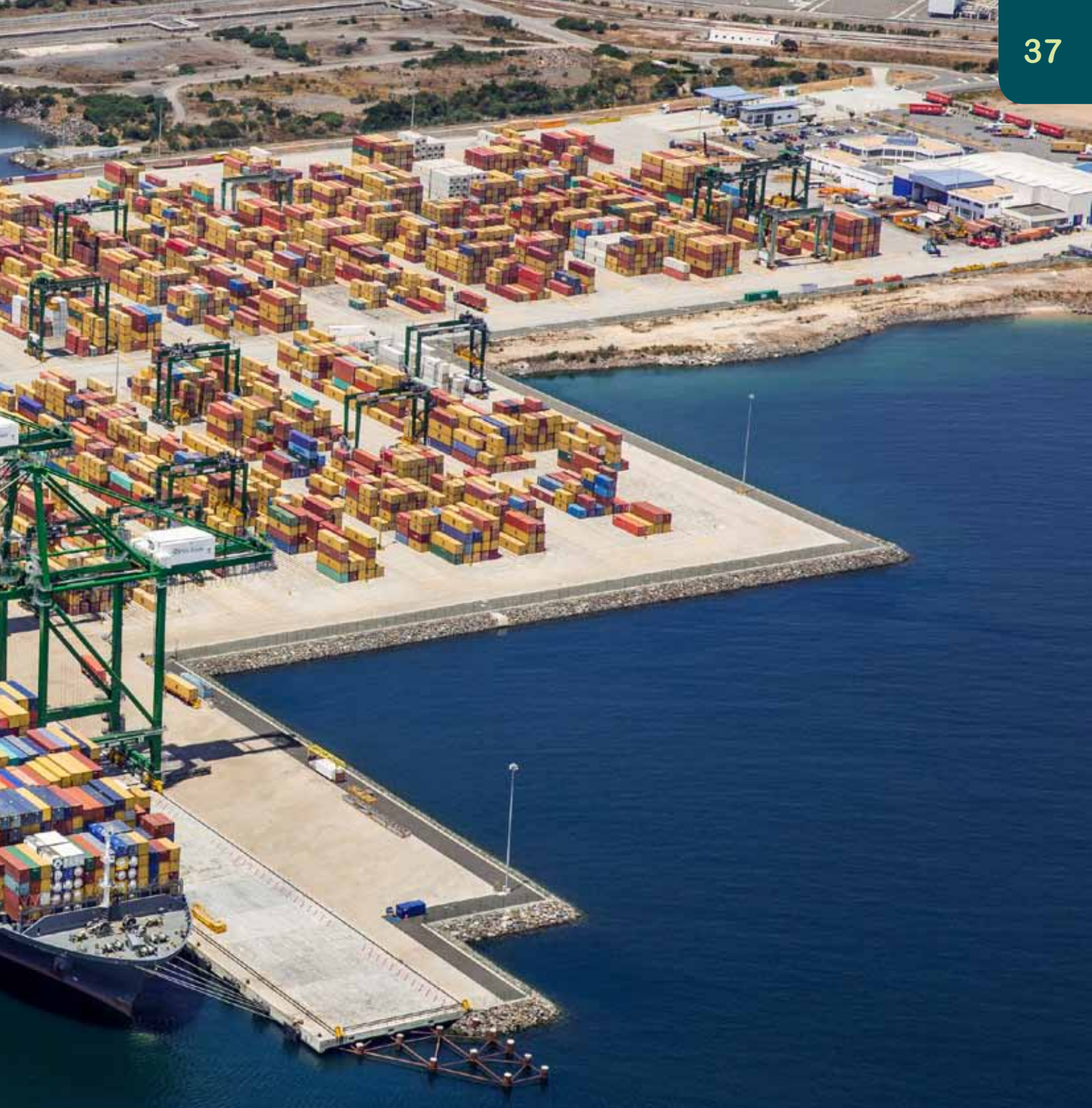


1. Enquadramento

O Porto de Sines é um porto de águas profundas, líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas e apresenta condições naturais ímpares na costa portuguesa para acolher todos os tipos de navios. Localizado na fachada atlântica da Península Ibérica, no cruzamento das principais rotas marítimas internacionais Norte-Sul e Este-Oeste, o Porto de Sines assume-se como a Porta Atlântica da Europa.

2. Terminais Portuários

O Porto de Sines está dotado de modernos terminais especializados, pode movimentar os diferentes tipos de mercadorias, está aberto ao mar e conta com excelentes acessibilidades marítimas sem constrangimentos.



O **TGL – Terminal de Granéis Líquidos** é o maior terminal de granéis líquidos do país, concebido numa arquitetura de multi-cliente e multi-produto. Com 6 postos de acostagem e fundos naturais até -28 metros ZH, tem capacidade para receber navios de porte até 350.000 toneladas Dwt, e permite a movimentação simultânea de diferentes produtos (crude, refinados, gases liquefeitos e outros granéis líquidos).

O **TPQ – Terminal Petroquímico** oferece 2 postos de acostagem, com fundos de -12 metros ZH, que permitem a receção de navios até 20.000 m3 de capacidade de carga, movimentando produtos como Propileno, Etileno, Butadieno, ETBE, Etanol, MTBE, Mescla Aromática, Metanol.

O **TMS – Terminal Multipurpose de Sines** está vocacionado para a movimentação de granéis sólidos, carga geral e ro-ro. O principal produto movimentado é o carvão, mas são também movimentados

outros graneis sólidos (estilha, ureia, enxofre, etc.), assim como carga geral, desde maquinaria até gado vivo. Oferece 4 cais de acostagem, com um comprimento total de 645 metros no extradorso e 296 metros no intradorso. Com fundos até -18 metros ZH, permite a receção de navios até 190.000 toneladas Dwt.

O **TGN – Terminal de Gás Natural** tem uma enorme importância estratégica nacional uma vez que se constitui como alternativa ao gasoduto terrestre. Dotado de um posto de acostagem com fundos de -15 metros ZH, permite a receção de navios metaneiros até 225.000 m³, dispondo de 3 tanques de armazenagem com capacidade para 390.000 m³ de gás natural liquefeito.

O **Terminal de Contentores de Sines**, denominado **Terminal XXI**, tem atualmente um cais com um comprimento de 946 + 200 metros e fundos até -17 metros ZH, estando equipado com 9 pórticos post-panamax e super post-panamax e 2 gruas móveis. O terminal tem uma área de armazenagem com 39,1 ha que permite disponibilizar uma capacidade total de 2.100.000 TEU por ano.

3. Fatores Críticos de Sucesso

O A evolução do Porto de Sines tem tido suporte no forte relacionamento da Autoridade Portuária (APS) com os concessionários e os demais stakeholders, reforçando os diversos fatores críticos de sucesso desta infraestrutura portuária, sempre com vista ao melhoramento do serviço prestado aos clientes do porto.

Para o célere despacho de navios e de mercadorias, os circuitos informacionais assentam em procedimentos simplificados e numa plataforma tecnológica de última geração. Esta plataforma implementa a filosofia de “Janela Única Portuária”, que interliga todos os atores públicos e privados, permitindo aos agentes económicos interagirem com todas as autoridades e todos os serviços do porto através de um balcão único eletrónico. O porto dispõe também de modernos sistemas informáticos de controlo operacional e de segurança, sempre com total integração, permitindo gerir em tempo útil a supervisão das operações e eventuais ocorrências ligadas à segurança portuária.

O porto funciona 24 sobre 24 horas, todos os dias do ano, aplicando tarifas planas muito competitivas sobre as operações, sem alterações em função da hora do dia ou dia da semana em praticamente todos os serviços portuários.

Os cinco terminais especializados do porto dispõem de equipamentos de operação de última geração, que permitem movimentar todo o tipo de mercadorias com os mais elevados índices de pro-



atividade. No caso particular do Terminal XXI, os pórtilhos do tipo super post-panamax estão já preparados para a próxima geração dos navios porta-contentores.

Contrariamente ao que acontece nos principais portos europeus, o Porto de Sines tem capacidade de expansão em todos os terminais portuários, que permitem um desenvolvimento sustentado em perfeita articulação com o crescimento da cidade e da zona industrial. No que respeita à carga contentorizada, o Porto de Sines tem no seu plano de ordenamento uma importante área de expansão para novos terminais de contentores.

4. Zonas disponíveis para a instalação de empresas

A Zona Industrial e Logística de Sines, gerida pela aicep Global Parques, é um local atrativo para a instalação de grandes indústrias beneficiando da proximidade do Porto de Sines, onde estão já localizados muitos dos principais players nacionais e internacionais. Com uma área total de 4.157 hectares, na ZILS estão instaladas empresas âncora como a refinaria da Galp Energia, a central termoelétrica da EDP e o complexo petroquímico, com empresas como a Repsol Polímeros, a Artlant PTA, a Air Liquid e a EuroResinas. Esta zona industrial tem demonstrado capacidade e versatilidade para acolher projetos das mais variadas complexidades e dimensões, em todos os setores de atividade.

Também dentro da área portuária está localizada a ZALSINES – Zona de Atividades Logísticas de Sines, com cerca de 13 hectares completamente infraestruturados, vocacionada para empresas do setor da logística que necessitam de grande proximidade com o porto, como são os casos da Sitank e da FP Sines, que trabalham no setor dos produtos perecíveis, oferecem amplos espaços de armazenagem e todo o tipo de serviços associados à consolidação e desconsolidação de contentores.

5. Acessibilidades Terrestres

A plataforma industrial e portuária de Sines é já hoje a maior plataforma ferroviária nacional de mercadorias com comboios diários transportando combustíveis, carvão e contentores. No que respeita à carga contentorizada, existem ligações regulares diárias aos portos secos nacionais para servir o mercado de influência do porto.

Destacam-se as ligações ferroviárias regulares à Bobadela, servindo a zona de Lisboa, a Leixões/Va-longo, para a região norte, e ao Entroncamento, para cobertura da região centro do país, servindo também de entreposto para a agregação de carga para a região de Madrid. Recentemente têm tam-



bém sido realizados comboios de contentores para a Plataforma de Cacia (zona de Aveiro), Louriçal e para as Praias do Sado (zona industrial de Setúbal).

Mais de 90% dos contentores que entram e saem do Porto de Sines de/para o hinterland (mercado de influência do porto) utilizam a ferrovia, pelo que este modo de transporte é fundamental para o sucesso do porto.

Já no que respeita às acessibilidades rodoviárias existentes, estas são as adequadas ao tráfego atual, situação que pode ser melhorada com a ligação à A2 em perfil de autoestrada.

6. Ligações Marítimas

O Porto de Sines oferece atualmente às empresas localizadas no seu hinterland ligações diretas semanais aos mais importantes mercados mundiais, possibilitando, por um lado, a receção de matérias-primas de forma mais eficiente e, por outro, a utilização de serviços de exportação diretos, contribuindo para o aumento da competitividade das empresas nacionais nos mercados externos.

O Terminal XXI apresenta características únicas no país para receber os grandes navios porta-contentores e tem hoje ligações diretas aos principais mercados de produção e consumo mundiais, desde o Extremo Oriente aos Estados Unidos, do Norte da Europa à América do Sul e a África.

7. Posicionamento do Porto de Sines no Contexto Europeu e Internacional

De acordo com as últimas notícias e um estudo do conceituado analista Theo Notteboom, ainda que sem os dados finais da ESPO – European Sea Ports Organization, normalmente utilizados, o Porto de Sines ocupa o 15º lugar no ranking Europeu de carga contentorizada. Desde 2014, o Porto de Sines integra também o Top 100 dos portos mundiais de contentores.

Ainda no que respeita ao mercado da carga contentorizada, aquele que é mais concorrencial, o Porto de Sines localiza-se na zona West Med. Segmentando por tipo de tráfego, e no que respeita ao transhipment (contentores que desembarcam de um navio e embarcam noutro navio), o Porto de Sines tem como principais concorrentes Algeciras e Tanger Med. Já no que respeita à carga de hinterland, o maior concorrente do Porto de Sines é o Porto de Valência, principalmente no abastecimento de Madrid.



8. Projetos de Expansão

O Porto de Sines dispõe de capacidade de expansão em todos os terminais por forma a suportar o crescimento da atividade portuária. Recentemente foram anunciados pela tutela a “Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária”, destacando-se, no que refere ao Porto de Sines:

a) Expansão do Terminal XXI (3ª Fase)

Por forma a responder à procura crescente, está a ser desenvolvido o projeto de expansão do Terminal de Contentores de Sines, contemplando:

- o aumento do cais em mais 404m, o aumento da área de armazenagem e o incremento dos equipamentos de movimentação de contentores, para uma capacidade total de 3,1 milhões de TEU/ano;
- o prolongamento do atual Molhe Leste numa extensão de 500 metros, atingindo um comprimento total de 2000 metros, de forma a melhorar as atuais condições de abrigo e permitir a proteção marítima da 3ª fase de expansão do Terminal XXI.

b) Terminal Vasco da Gama

Está também a ser desenvolvido o projeto de construção de um novo terminal de contentores – Terminal Vasco da Gama – com o objetivo de aumentar a competitividade do Porto de Sines neste segmento de mercado.

9. Responsabilidade Social

A APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (APS), tem vindo a aprofundar, o seu compromisso para com a responsabilidade social interna e externa, em conformidade com o aumento da qualidade dos serviços de interesse público que presta. O impacto económico, social e ambiental da atividade da APS, quer ao nível das comunidades locais onde está instalada, quer ainda a nível nacional e regional, são fatores chave que responsabilizam a empresa para além do rigoroso cumprimento das normas legais, nacionais, europeias e internacionais a que está sujeita, e procede ao alargamento da sua responsabilidade social através de uma gestão de recursos sustentável em respeito pelas gerações atuais e vindouras.

A APS, é detentora desde 2012 do galardão europeu CEEP-CSR Label, que reconhece as empresas de serviços públicos que se destacam pelo cumprimento da excelência na prestação de serviços e das melhores práticas no âmbito da responsabilidade social ■

Artigo da responsabilidade da APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve S. A.



Programa Operacional Regional

8.º reunião do Comité de Acompanhamento

O Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo, realizou a 8.ª reunião do Comité de Acompanhamento no dia 20 de junho na Biblioteca Municipal José Saramago, em Avis, a qual contou com a presença dos membros do CA do ALENTEJO 2020 e com os representantes da DG REGIO, Rudolf Niessler, Diretor da Direcção Geral da Política Regional – “Crescimento Inteligente e Sustentável e Implementação de Programas IV”, Georgios Yannoussis, Chefe da Unidade “Portugal” e Sílvia Vincitorio, responsável pelo acompanhamento do Alentejo 2020. Nesta reunião contou-se também com a participação da representante da Direcção Regional do Emprego, a Dra. Teresa Régio.

O Presidente do Município de Avis, Nuno Silva, enquanto anfitrião deste evento, encarou a marcação do acontecimento em Avis como um prémio ao incentivo para a continuação do caminho de valorização e preservação do património através da promoção do conhecimento e usufruto dos bens que constituem a herança cultural de um património identitário comum, como é aquele que existe em todo o concelho de Avis.

O Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020, de acordo com o definido no modelo de governação do Portugal 2020, é o órgão que assegura a eficácia e a qualidade da execução do Programa Operacional Regional do Alentejo, sendo que na Comunidade Europeia (CE) considera-se que estes encontros são muito importantes e até mesmo cruciais, não só para a região, mas porque permitem perceber como estão a ser operacionalizados os programas no terreno, sendo esses os melhores argumentos para se continuarem a implementar políticas estruturais e de desenvolvimento. De acordo com a avaliação geral efetuada no decorrer da 8.ª reunião, concluiu-se que os indicadores de desenvolvimento económico têm evoluído no sentido do crescimento, o que reflete o contributo que as políticas de desenvolvimento implementadas têm dado para que Portugal se destaque de forma positiva relativamente a outros países da CE.

A ordem de trabalhos incluiu, o ponto 1, relativo à situação da execução do programa operacional com dados reportados a 31-03-2017, verificando-se que foram publicados 125 avisos cuja dotação correspondeu a 624M€, dos quais 21 se encontram abertos com uma dotação disponível de 220M€ e 104 encerrados, cuja dotação comprometida

correspondeu a 404M€.

À data de reporte, tinham dado entrada um total de 2.168 candidaturas, das quais foram aprovadas 1.019 candidaturas, a que corresponde uma aprovação de 313M€.

No que respeita ao Sistema de Incentivos, à medida Inovação Empresarial e Empreendedorismo corresponderam 59% das aprovações, à medida Qualificação e Internacionalização PME corresponderam 35% das aprovações e à medida ID&T corresponderam 6% das aprovações.

O Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego – SI2E, criado através da Portaria n.º 105/2017, de 10 de março, oficialmente apresentado na CCDR Alentejo em 14 de março de 2017, como medida de apoio ao microempreendedorismo e criação de emprego, através do FEDER (investimento) e FSE (criação de emprego), também foi um ponto alto da apresentação neste Comité de Acompanhamento. O SI2E operacionaliza as Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária dinamizadas pelos Grupos de Ação Local (GAL), e os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) dinamizados pelas Comunidades Intermunicipais (CIM). À data de reporte dos dados apresentados no Comité de Acompanhamento, tinham sido abertos 17 avisos para apresentação de candidaturas para os quais está comprometida uma dotação de 37,6M€.

O ponto 3 relativo à Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local, referiu-se à Prioridade de Investimento 4.3 – Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente, nos edifícios públicos e no setor da habitação, à qual corresponde uma dotação de 34,3M€ e relativamente à qual foi aprovada a proposta de modificação da PI 4.3 tendo sido estabelecido do lado das condições de acesso da elegibilidade a redução de 30% no consumo de energia primária no investimento candidatado (mantendo-se os requisitos de cumprimento das diretivas do setor e legislação nacional, princípios já consagrados no texto do PO) e do lado das formas e taxas de apoio, decidiu-se manter a subvenção reembolsável para todas as tipologias de intervenções (exceto auditorias/avaliações e outros estudos) e prever a subvenção não reembolsável,



até uma taxa máxima de 50%, exceto investimentos exclusivamente dirigidos à climatização ou iluminação.

O cumprimento da regra N+3 foi o ponto 4 da ordem de trabalhos, tendo sido consensual por parte dos membros do CA do ALENTEJO 2020 o cumprimento das metas estabelecidas, garantindo-se assim que a região do Alentejo tem investimentos suficientes para absorver toda a dotação que foi contratada eliminando-se por esta via a possibilidade de cortes por parte da Comunidade Europeia.

A apreciação do Relatório Anual de Execução foi o ponto 6 da ordem de trabalhos e contou com a apresentação dos grandes números relativos ao ano de 2016, dos quais se destacaram a aprovação de 917 candidaturas, com um custo total elegível de 376,3 M€ ao qual corresponde uma taxa de aprovação de 23,8%. Do lado da execução foram apresentados 32,1 M€ de despesa elegível validada, cuja taxa de execução corresponde a 2,4%, sendo que foram efetuados pagamentos no valor de 49,1 M€ de Fundos, aos quais corresponde uma taxa de pagamento de 13,0%. O Relatório Anual de Execução de 2016 foi aprovado por unanimidade, ainda que tenham sido identificados alguns constrangimentos que afetaram a execução do PO, nomeadamente, a sobreposição de períodos de programação, a aprovação dos planos prévios à implementação das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial, os Mapeamentos, e também os Sistemas de Informação (Balcão 2020 e Backoffice (SIGPOA 2020; SIFSE; SGO)).

O ponto 7 contou com a apresentação de dois projetos aprovados pelo Alentejo 2020, um público, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Rio Maior e um privado, a Casa Alta – Produção de Óleos Vegetais e Azeites em Ferreira do Alentejo.

Foram apresentados no ponto 8, os traços fundamentais do Acordo de Parceria (PT 2020), bem como o ponto de situação e Relatório Intercalar, tendo essa apresentação sido feita pela Agência

para o Desenvolvimento e Coesão, na sequência daquilo que é o alinhamento entre Estratégia Europa 2020, Plano Nacional de Reformas e Portugal 2020, no âmbito das três prioridades estabelecidas e que respeitam ao Crescimento Sustentável, ao Crescimento Inteligente e ao Crescimento Inclusivo.

Foi destacado o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para o cumprimento do Plano Nacional de Reformas (PNR), sendo que o PT2020 contribuiu com cerca de 55% da dotação dos FEEI para medidas implementadas no âmbito do PNR, ascendendo esse montante a 14,1 mil M€. Foi igualmente evidenciado que 57% dos 25 mil M€ de Fundos já foram colocados a concurso, estando cerca 11,8 mil M€ aprovados e 4,2 mil M€ pagos.

Portugal foi destacado por ser o Estado-Membro da Comunidade Europeia com o 2.º maior volume de pagamentos intermédios no âmbito dos 5 FEEI (FEDER + FSE + FC + FEADER + FEAMP).

No ponto 9 Outros Assuntos, foi efetuada a apresentação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, por parte da Dra. Teresa Régio, assente num quadro de referência para a convergência e baseado em 20 princípios e direitos, cujo objetivo é a reafirmação dos direitos vigentes na EU, assentes num painel de indicadores sociais, baseado em várias iniciativas em concreto.

Após a realização do Comité de Acompanhamento, os seus membros foram convidados a visitar dois projetos cofinanciados pelo FEDER, cujo Beneficiário é a Universidade de Évora, ambos respeitantes a Novas metodologias de diagnóstico de doença articular em equinos e Maneio reprodutivo de biotecnologias da reprodução em equinos de raça Puro Sangue Lusitano.

Os representantes da DG REGIO visitaram dois grandes empreendimentos da Região Alentejo, que contaram com o apoio dos Fundos Estruturais, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, em Beja e a EMBRAER, em Évora ■

Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Beneficiário:**UNIVERSIDADE DE ÉVORA****Código da Operação:****ALT20-03-0246-FEDER-000019****Designação da Operação:****Novas metodologias de diagnóstico de doença articular em equinos****Concelho (Localização Física da Operação):****Évora, Alter do Chão****Tipologia de operação:****Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico****Investimento Total Aprovado:****€ 320.268****Investimento Elegível Aprovado:****€ 290.565****FEDER Aprovado:****€ 246.980****Descrição:**

Esta operação tem como objetivo a demonstração de metodologias objetivas e inovadoras no diagnóstico da doença articular (DA) em equinos, transferindo este conhecimento para empresas de serviços médico-veterinários e melhorando a capacitação técnica e valorização da produção de equinos no Alentejo. Pretende-se demonstrar a possibilidade de diagnóstico precoce de DA nesta espécie e implementar medidas terapêuticas adequadas, que permitam controlar a evolução da doença de forma a reduzir a taxa de refugo de cavalos de desporto pela existência de lesões articulares avançadas.

As tecnologias ficarão disponíveis na Universidade de Évora para prestação de serviços à comunidade. Esta operação permitirá disponibilizar a tecnologia a Associações de Criadores, clínicos de equinos e empresas do setor, incorporando valor na fileira da produção de equinos de desporto, reforçando a importância desta atividade económica na região do Alentejo.



Ficha de Projecto

Beneficiário:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Código da Operação:

ALT20-03-0246-FEDER-000020

Designação da Operação:

Maneio reprodutivo e biotecnologias da reprodução em equinos de raça Puro Sangue Lusitano

Concelho (Localização Física da Operação):

Évora, Alter do Chão

Tipologia de operação:

Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico

Investimento Total Aprovado:

€ 207.045

Investimento Elegível Aprovado:

€ 195.447

FEDER Aprovado:

€ 166.130

Descrição:

Nesta operação procurar-se-á promover a aplicação e transferência de conhecimentos na área das biotecnologias reprodutivas e melhorar a fertilidade após a sua aplicação. Torna-se necessário esclarecer e definir parâmetros de fertilidade das eguadas Lusitanas na região do Alentejo, de modo a que os produtores possam fazer escolhas conscientes e assentes em dados da própria raça e nas condições de exploração da região do Alentejo.

A aplicação eficaz de biotecnologias da reprodução não só assume importância para o desenvolvimento económico da região, como é indispensável para a implementação de programas de conservação e de melhoramento genético, bem como permitir a exportação de material genético para o exterior e consequente incremento e disseminação mundial do cavalo Lusitano ■



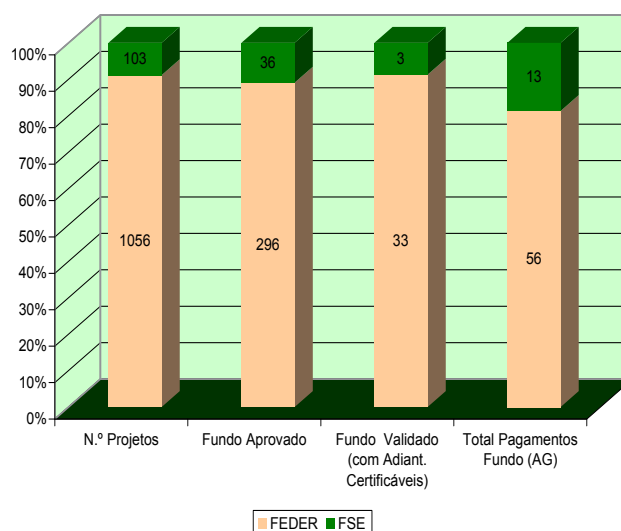
Programa Operacional Regional

Síntese da Execução

O Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020, até 31 de Maio pp, aprovou já 1159 operações, que comprometem 332 milhões de euros de fundos comunitários e que representam um investimento total por parte dos respectivos beneficiários de 543 milhões de euros. Estas operações aprovadas são fundamentalmente apoiadas no âmbito do FEDER, o que representa 91% dos projetos e 89% do fundo aprovado.

Se tivermos no entanto em também em conta as dotações do Programa já comprometidas com as abordagens territoriais e respectivos planos estratégicos já aprovadas, nomeadamente 5 Planos de Desenvolvimento e Coesão Territorial / Investimentos Territoriais Integrados, 26 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e 11 Estratégias / Planos de Acção de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, o valor de fundos comunitários é de 764 milhões de euros, o que representa 71% da sua dotação global.

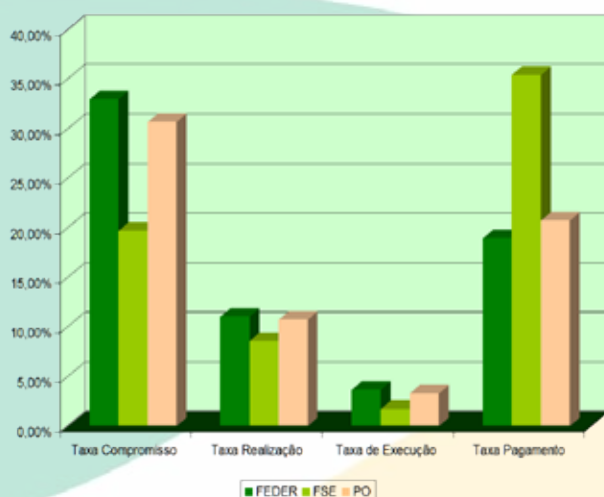
Gráfico – Síntese da execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Foram já validados mais de 35 milhões de euros, todos eles no âmbito do FEDER e já foram pagos a promotores perto de 69 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

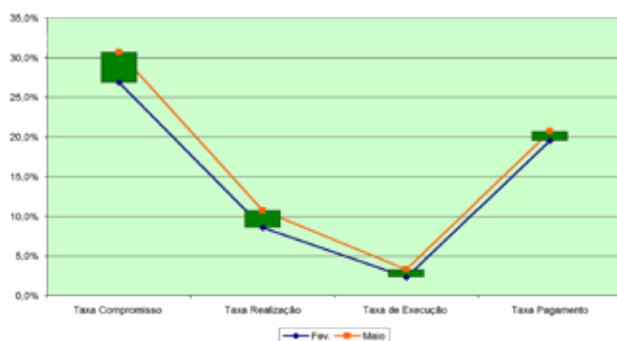
Relativamente à execução, os indicadores produzidos evidenciam uma Taxa de Compromisso (fundo aprovado/dotação de fundo) de cerca de 30%, a que correspondem uma Taxa de Realização (fundo validado/fundo aprovado) e uma Taxa de Execução (fundo validado/dotação de fundo), de 10,7%, 3,3%, respectivamente, com um volume de pagamentos aos beneficiários já considerável (Taxa de Pagamento de 20% - fundo pago/fundo aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa supera os 35%.

Em termos dos fundos comunitários presentes no ALENTEJO 2020, tal como seria de esperar, o FEDER predomina em todos os indicadores de execução, à exceção da taxa de pagamento na qual predomina o FSE, fruto da génese do programa que concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

No que reporta à evolução destes indicadores financeiros verifica-se que ao longo dos últimos 3 meses há uma evolução positiva em todos eles, particularmente na taxa de compromisso e na taxa de realização. Contudo, o maior crescimento registado foi na taxa de execução que cresceu 43% face a Fevereiro de 2017. Da referir ainda, que neste período, houve um aumento de 17% no total de operações aprovadas.

2020

Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020 (Fev. - Maio 2017)

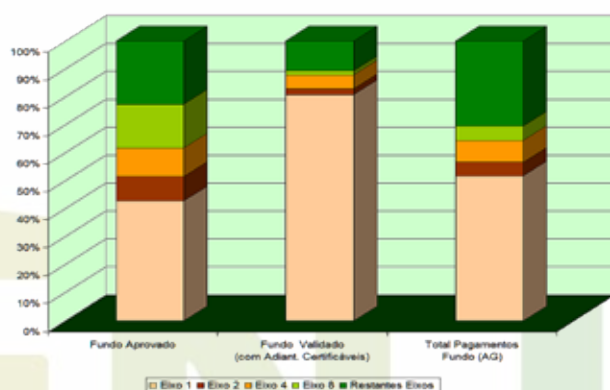


Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Realizando uma análise mais fina, constata-se uma preponderância do Eixo Prioritário 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível de compromisso (43%), como ao nível do fundo validado (81%), e também ao nível do fundo pago (52%), evidenciando-se também assim a elevada prioridade do ALENTEJO 2020 ao domínio temático da competitividade e internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

Além do Eixo 1, a nível de compromissos assumidos também se destacam os Eixos 2 -Ensino e Qualificação do Capital Humano, Eixo 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável e Eixo 8 - Ambiente e Sustentabilidade, perfazendo estes 4 Eixos 77% do total de compromissos assumidos no ALENTEJO 2020.

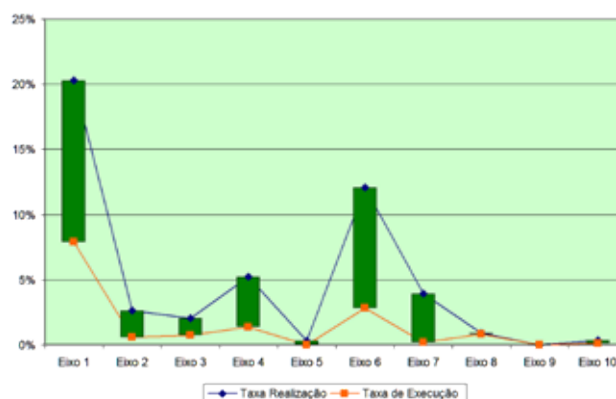
Gráfico – Execução do PO Alentejo por Eixos



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Ao nível da execução do PO Regional por Eixo Prioritário, no que respeita à Taxa de Realização e à Taxa de Execução, destaca-se o Eixo 1, que apresenta já valores significativos em ambas (20% e 8%, respetivamente), havendo também valores com algum significado no Eixo 4 e no Eixo 6, sobretudo no que se refere a taxa de realização. Contudo, há ainda alguns Eixos que não apresentam valores quer de realização, quer de execução.

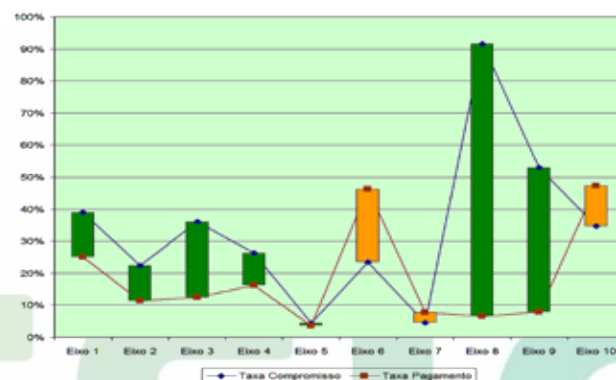
Gráfico – Indicadores de Execução por Eixo prioritário



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Numa análise comparativa entre a Taxa de Compromisso e a Taxa de Pagamento, tal como seria expectável na fase de arranque do PO, as taxas de compromisso assumem valores consideráveis, com particular destaque para os Eixos 8 - Ambiente e Sustentabilidade e 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa, que apresentam valores de compromisso muito elevados, 90% e 53%, respetivamente, sendo as taxas de pagamento pouco significativas, face aos projectos já aprovados.

Gráfico – Indicadores de Execução por Eixo prioritário



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

As análises apresentadas demonstraram que se está perante um Programa Operacional que se encontra ainda numa fase inicial da sua implementação, e que, como tal, apresenta valores algo desequilibrados entre os compromissos assumidos, a realização e a execução dos fundos comunitários, o que resulta fundamentalmente de um intervalo de tempo que medeia entre a submissão, aceitação, aprovação das operações e a sua efetiva execução, sendo que a execução dos projectos está a decorrer, de um modo geral, tal como o previsto nas respectivas programações aprovadas ■

